

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Curso de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

TRADUÇÃO INTERMODAL E
INTERSEMIÓTICA/INTERLINGUAL:

Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de
Sinais

Rimar Ramalho Segala

UFSC - Trindade
Florianópolis
Março - 2010

Rimar Ramalho Segala

TRADUÇÃO INTERMODAL E
INTERSEMIÓTICA/INTERLINGUAL:

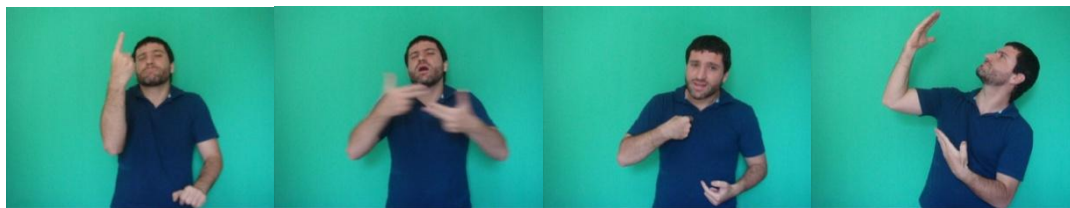
Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de
Sinais.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Curso de Pós-Graduação em
Estudos da Tradução como requisito
para o processo de defesa 2010.

UFSC - Trindade
Florianópolis
Março – 2010

Dedico esta obra a todos aqueles que se interessam na tradução para a Língua de Sinais.

Agradecimento¹:



¹ Faça a escolha de apresentar o agradecimento em forma de fotos porque expressei meu agradecimento melhor em Libras, por ser minha primeira língua, do que em Língua Portuguesa, que é minha segunda língua. Cada foto tem a palavra que transcreve o sinal correspondente em Língua Portuguesa.



GRUPO

ESPECIAL

ME APOIAR

MUITAS-COISAS



APRENDER

DESENVOLVER

VIDA,

AGRADECER



UFSC

RONICE QUADROS,

E PESSOAS

DENTRO



UFSC

INTÉRPRETES,

AGRADECER

KARIN STROBEL



ANA REGINA CAMPELLO

ROSEMERI BERNIERI

ELAINE BARRI

JOSÉ R.DE ANDRADE



LUCIANO FRAGA

MAURI FURLAN

M.L. VASCONCELLOS

LELAND MCCLEARY



TAMBÉM

AGRADECER

SURDOS

TODOS

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO.....	07
Capítulo 2 – LÍNGUA E CULTURA.....	12
2.1. Língua e Cultura.....	12
2.2. O que é Libras.....	13
2.3. Cultura Surda.....	16
2.3.1. História da Educação de Surdos.....	19
2.3.2. Artefatos Culturais de Surdos.....	22
2.3.2.1. Artefato cultural: Experiência visual.....	22
2.3.2.2. Artefato cultural: Literatura Surda.....	23
Capítulo 3 – TRADUÇÃO.....	25
3.1. Tradução intermodal.....	27
3.2. Tradução intersemiótica.....	29
3.3. Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico.....	30
3.4. Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual.....	32
3.4.1. Filmagem da Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual.....	33
3.4.2. Procedimento.....	36
3.4.3. Análise.....	38
3.5. Estranhamento.....	42
3.6. Tradução Minorizante de Lawrence Venuti.....	45
3.6.1. Estratégia de domesticação.....	46
3.6.2. Estratégia de estrangeirização.....	48
3.6.3. Projeto de minorizante.....	50
3.7. Aspectos para uma tradução bem “BACANA”.....	52
Capítulo 4 – CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
Anexo I.....	63
Anexo II.....	64
Anexo III.....	74

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO

O tradutor pode ser metaforicamente representado por um avião. Em se tratando de uma mesma modalidade linguística, esse avião parte de seu aeroporto de origem, percorre o trajeto no céu que deve ser orientado por uma torre de comando para, enfim, chegar à base aérea do outro aeroporto de destino. No entanto, tratando-se de uma modalidade diferente, esse mesmo avião parte da mesma base, percorre o mesmo trajeto no céu, mas seu destino é um porto marítimo. De que maneira esse avião pode pousar nesse espaço tão diferente do habitual? O que esse avião precisa? Quais os materiais necessários para conseguir pousar no mar? Como resolver essa difícil situação?

Essa metáfora reflete, basicamente, a dificuldade em se traduzir duas línguas de diferentes modalidades. Para compreender essas metáforas e dificuldades, esta dissertação tem como foco a tradução para a língua dos surdos brasileiros, a Língua Brasileira de Sinais.

O perfil do autor dessa pesquisa é: tradutor surdo, nativo de Libras, tendo o Português como L2. No entanto, ter esse perfil implica, necessariamente, ser um bom tradutor?

Ser tradutor não é ser aquele que sabe duas línguas e que simplesmente transpõe uma língua para outra; também não é só aquele que reconstrói significados. Esse profissional precisa conhecer e saber a cultura, a linguística das línguas fonte e alvo, além de ter experiência na vida social, assim como menciona Russell:

(...) as palavras, por si sós, são incapazes de transmitir significados que não tenham raízes em uma experiência direta e subjetiva do objeto do discurso. (RUSSEL *apud* JAKOBSON 1987, p.428)

Por sua vez, Jakobson (1987, p. 428) obtém desta argumentação uma conclusão fundamental: “O significado de qualquer palavra ou frase é sempre um fato semiótico”².

² No original, “The meaning of any word or phrase whatsoever is definitely [...] a semiotic fact”

Então, o tradutor de Libras deve pertencer à cultura surda, ter boas raízes culturais e uma boa experiência na vida social em ambas as línguas; deve conhecer profundamente as várias nuances das duas culturas, encarando não só a estrutura linguística, mas também a vida cultural de uma sociedade como fatos semióticos.

A tradução de língua oral-auditiva, Português, para uma língua gesto-visual, Língua de Sinais, carece de pesquisas, pois se trata de um tema emergente e recente. A tradução do Português para a Libras é muito ampla e complexa porque as modalidades linguísticas ali empregadas são distintas. Nesse sentido, qual seria a equivalência de uma tradução de uma língua oral-auditiva para uma gesto-visual?

Bruno Osimo, no seu site *Logos Multilíngua*, refere-se a esse assunto nas seguintes palavras:

Ao tratar da tradução interlinguística, que é a atividade mais evidente e reconhecível de um tradutor profissional, enfrentamos o problema da impossibilidade de equivalência. Dado que raras vezes encontramos em dois idiomas duas palavras que cubram o mesmo campo semântico, o mais comum não é tratar de traduzir unidades de código separadas, mas mensagens completas.³

Consideremos o fato de essa equivalência não ser possível em duas línguas orais-auditivas, o que diremos, pois, de línguas de modalidades diferentes como é o caso do Português e da Libras?

Além da problemática da equivalência, encontramos também o desafio de traduzir duas línguas em sistemas diferentes.

A tradução realizada no espaço do Letras Libras é uma tradução que parte de um texto escrito em Português acadêmico para uma Língua de Sinais que exige uma *tradução visual*, ou seja, a tradução é gravada pelo tradutor/ator/coautor que também desempenha o papel de ator dessa tradução. Ele usa não só sua capacidade de traduzir e de compreender o texto, mas também expõe sua imagem para registrar em vídeo o produto final.

Por isso a tradução que se faz nesse espaço é intersemiótica, além de ser interlinguística, como definido primeiramente por Jakobson (1969), porque

³ http://www.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.cap_1_14?lang=bp

estão implicados vários processos e vários recursos até se concretizar a tradução definitiva.

Não basta, no entanto, observar todas as questões acima descritas e suas problemáticas, estamos frente a uma tradução diferente no sentido de que, ao contrário de uma tradução de um tradutor profissional, envolve processos cognitivos que vão gerar um metatexto, ou seja, um texto visual que se usará para fins didáticos. Segundo Osimo,

O tradutor que lê o texto que vai traduzir o faz projetando os possíveis sentidos em um espaço virtual, no qual o novo texto começa a tomar forma; primeiro, como material mental (processamento do material tal como percebe o tradutor) e, a seguir, como a inserção concreta de tal material em uma estrutura rígida e convencional: o código do futuro metatexto (a linguagem do texto traduzido). A mente humana examina, de maneira veloz e nem sempre totalmente consciente, as diferentes possibilidades de projeção do prototexto na língua do metatexto e, mediante um processo de eleição, que guarda muito em comum com a teoria dos jogos, decide-se pela solução que considera ótima entre as previstas.⁴

Este trabalho é relevante pelo fato de trazer contribuições para a tradução em Língua Brasileira de Sinais, aproveitando o avanço tecnológico que torna possível uma tradução dessa natureza. É um trabalho inédito no país, tanto no campo dos estudos da Língua Brasileira de Sinais, como no campo dos estudos da tradução.

O objetivo geral da presente pesquisa é desenvolver uma descrição do procedimento de tradução de Português brasileiro escrito para a Língua Brasileira de Sinais; os seus objetivos específicos visam apresentar a Língua Brasileira de Sinais e a Cultura Surda; identificar o perfil do tradutor; investigar a recriação do texto-fonte para o texto-alvo; analisar a tradução de Português brasileiro escrito para Libras; elencar as dificuldades referentes à diferença de modalidade e apresentar alguns aspectos para uma “bacana” tradução intermodal e intersemiótica/interlingual.

O *corpus* analisado é retirado do material multimídia e vídeo do Curso de Letras Libras na UFSC, em que são produzidos os textos da língua-fonte – Português escrito, para a língua-alvo – Libras. Toda a elaboração e execução

⁴ http://www.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.cap_1_19?lang=bp

do *corpus* analisado foram realizadas por uma equipe de tradutores de Português e Libras. São selecionados trechos do material bilíngue disponível no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem que vão compor este *corpus*.

Através da análise dos vídeos que contêm os textos na língua-alvo, são observados os aspectos do processo de tradução empregados nesse tipo de modalidade tradutória.

Para apresentar as técnicas, são utilizadas as estratégias do Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico. Conforme minha experiência, posso dizer que as estratégias vão guiar a análise dos intertextos do texto escrito acadêmico para Libras, e deste mesmo texto para a forma gravada em vídeo. Observo as estratégias utilizadas por outros tradutores, mas são um pouco diferentes, devido às diferentes culturas sociais que influenciam tais traduções.

Elucidaremos no capítulo 2 - *Língua e Cultura* - o que é Língua Brasileira de Sinais, como é a Cultura Surda e porque Língua e Cultura não podem se separar.

O fato de integrarem um grupo linguístico-cultural distinto da maioria linguística do seu país de origem, equipara-os a imigrantes estrangeiros. Porém, o fato de não disporem do meio de recepção da língua oral, pela audição, coloca-os em desvantagem em relação aos imigrantes, com respeito ao aprendizado e desenvolvimento da fluência nessa língua. Contudo, o surdo é bilíngue-bicultural no sentido de que convive diariamente com duas línguas e culturas: sua língua materna de sinais (cultura surda) e língua oral (cultura ouvinte), ou de Libras, tratando-se dos surdos brasileiros.

Para entender como se processa a tradução da língua escrita para a Língua de Sinais, o *capítulo 3* discorre sobre o que é tradução e as diferenças entre Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual; *Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico* explicitará qual o perfil do tradutor que faz a tradução de um texto de Português para Libras. Torna-se relevante observar como se estabelece na relação entre os sentidos, meios e códigos (gramática), sendo o repertório os signos que constituem o código, o seu vocabulário. *Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual* traz a definição sobre o que é Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual e apresenta a descrição do processo de tradução além de analisá-lo passo a passo. *Estranhamento* apresenta a interferência da Língua Portuguesa à estrutura da Libras, e o

porquê de os leitores surdos não a compreenderem. Tradução Minorizante de Lawrence Venuti apresenta a proposta do autor, o projeto de tradução minorizante, e suas estratégias de tradução: domesticação, estrangeirização e minorizante. Para que possamos compreender a tradução, apresento vários tipos de estratégia (domesticação, estrangeirização e minorizante) para traduzir, sempre levando em consideração a Língua e a Cultura. Aspectos para uma “boa” tradução têm em seu significado literal ir além do denotativo, isto é, captar as nuances conotativas de uma língua e reproduzi-las em outra e busca uma reflexão de como se fazer uma tradução tentando evitar a interferência de outra Língua.

As observações e reflexões desenvolvidas durante a pesquisa estão expostas no *capítulo 4*, onde apresento a conclusão desta pesquisa.

Capítulo 2 – LÍNGUA E CULTURA

Segundo Paraquett (2000, p. 118), *cultura* é “o conjunto de tradições, de estilo de vida, de formas de pensar, sentir e atuar de um povo”. A partir dessa definição, o professor de línguas deve ter consciência de que, na sala de aula, ele é um representante da cultura de um povo. Pois, o professor de línguas é um difusor de uma dada cultura, visto que a língua é um dos aspectos culturais da sociedade. Portanto, a língua não está dissociada da cultura, ou seja, uma não existe sem a outra, não é mais importante, apenas se complementam.

Como acontece com todas as traduções, independente da língua traduzida, a tradução da Língua Portuguesa para Libras apresenta alguns problemas tanto aos tradutores quanto aos leitores. Desde o início da história da tradução até agora, o ato de traduzir é um trabalho que necessita sempre de muitas pesquisas e de atitudes críticas do procedimento como um todo. Assim, para entender o que é a tradução da Língua Portuguesa brasileira escrita para Libras é muito importante saber que Língua e Cultura não podem ser separadas no ato da tradução. Portanto, um bom tradutor da Língua Portuguesa para a Libras precisa conhecer não só o que é a Língua Brasileira de Sinais, mas também alguns artefatos culturais dos surdos (Cultura Surda).

2.1. Língua e Cultura

A partir da leitura da linguagem verbal e da não-verbal, constatamos que para falarmos e sermos compreendidos, ou seja, para interagirmos com outras pessoas por meio de palavras, precisamos ter domínio de uma língua. A língua é assim um veículo de ação social. E como tal, devemos levar em consideração que falar uma língua não se restringe ao vocabulário, é preciso ter domínio também da estrutura da língua e de sua cultura para não só construir adequadamente um enunciado, como também saber se comportar e depreender o sentido dos diversos atos de linguagem de uma determinada língua.

O primeiro passo para a análise dos procedimentos de tradução é reconhecer que, embora a tradução implique um núcleo central de atividade linguística, ela pertence mais propriamente à Semiótica, a ciência que estuda

os sistemas, as estruturas, os processos (Hawkes *apud* Bassnett 1980, p.35), também uma ciência que estuda a construção de significado.

Edward Sapir (*apud* Bassnett 1980, p.35) afirma que língua não pode ser dissociada da sociedade. A expressão em uma determinada língua vai depender da sociedade que a utiliza. Por isso, a Língua está associada à Cultura. A cultura está na língua e vice-versa. Não há como separar. Os tradutores deparam-se todos os dias com as dificuldades de se traduzir não só palavras, mas também culturas.

Segundo Lotman (*apud* Bassnett 1980, p.36), “uma língua não pode existir se não estiver inserida no contexto de uma cultura e uma cultura não pode existir se não tiver no seu centro a estrutura de uma língua natural”.

Portanto, é impossível estudar a identidade surda fora do seu contexto social, ocasião em que a língua exerce a função de veículo de relações sociais. De outra forma, é impossível estudar a língua sem o papel da cultura, ou seja, o local em que ela se realiza e se modifica de acordo com cada necessidade social (Segala e Bernieri, 2009).

Assim, a língua dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais – Libras não pode, de forma alguma, se dissociar da Cultura Surda. A explanação sobre Cultura Surda será apresentada na seção 2.3.

2.2. O que é Libras

Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma língua usada na comunidade surda pelos surdos brasileiros. Surdos são aqueles que “não podem ouvir com o aparelho auditivo e não podem falar com o aparelho fonatório”. No entanto, essa língua não é usada somente por surdos, mas também por ouvintes que, contrários aos primeiros “podem ouvir com o aparelho auditivo e falar com o aparelho fonatório”. Esses ouvintes que utilizam Libras são pais de surdos, professores, intérpretes, amigos, simpatizantes da língua, entre outros.

A Libras é reconhecida pela lei 10436/2002 (consulte o anexo I, pag. 63) e decreto 5626/2005 (consulte o anexo II, pag. 64). Os linguistas reconhecem as Línguas de Sinais de diferentes países como línguas naturais, no sentido

linguístico, ou seja, línguas que apresentam as propriedades das línguas humanas, usadas pelos surdos.

Essas são as leis que obrigam a presença de tradutores e intérpretes nos serviços públicos, educacionais e outros.

O seu sistema linguístico, sua modalidade visual-espacial, sua estrutura gramatical própria pode transmitir ideias e fatos pelas pessoas surdas brasileiras e conhecedores da Libras, como acontece com outras línguas.

Por isso, é através do corpo que o surdo pode exprimir seu pensamento através dos movimentos corporais, orais, faciais, dos olhos, e mesmo com gestos, ou seja, Língua de Sinais. Segundo Correa (2007, p. 14):

Uma língua sinalizada, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras ou LSB), é uma língua natural que utiliza o meio espacial onde é propagada e as mãos para produzir os elementos cinelógicos⁵ necessários para compor os itens lexicais - não holísticos - que serão articulados entre si para formar sentenças. As expressões faciais e corporais, também, transmitem dados linguísticos, por isso são componentes gramaticais fundamentais para transmitir significado.

É comum, devido à falta de informação, as pessoas pensarem que a Língua de Sinais é uma linguagem mímica. Esse equívoco não a considera como outras línguas que têm regras linguísticas como qualquer outra língua. Segundo Quadros (2008):

Tal língua apresenta todos os níveis de análise de quaisquer outras línguas, ou seja, o nível sintático (da estrutura), o nível semântico (do significado), o nível morfológico (da formação de palavras), o nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional).

⁵ Correspondente ao termo fonológico das línguas orais, pois, para a autora, nos gestos e na Língua de Sinais, o cine é a menor unidade dotada de significado. Ela toma como base os estudos cinésicos iniciados por Birdwhistell em 1952 que estuda os aspectos comunicativos e estruturados dos movimentos corporais com valor simbólico.

Sobre isso, Quadros, na apresentação de sua página na internet⁶, evidencia que a Língua de Sinais “É uma língua usada entre os surdos, a partir do momento em que acontece o encontro surdo-surdo. As escolas, as associações dos surdos, os pontos de encontros são locais em que a comunidade surda se encontra e usa a sua língua.” (Segala e Bernieri, 2009).

A Língua Brasileira de Sinais é multidialetal conforme afirmam Segala e Bernieri (2009) no artigo que discorre sobre o estudo sociolinguístico da Língua Brasileira de Sinais – Libras, intitulado *A perspectiva social na emergência das Línguas de Sinais: a noção de “Comunidade de fala” e idioleto segundo o modelo teórico laboviano*, no qual observaram as mudanças linguísticas na Língua Brasileira de Sinais, tendo como base os pressupostos teóricos Labovianos.

A Língua Brasileira de Sinais nasceu do contato entre línguas e se utilizou dos sistemas de sinais caseiros, que se processou no *pidgin* seguido de crioulização. Constatamos que a Língua Brasileira de Sinais há muito recebeu empréstimos dos sinais e letras dos alfabetos das línguas orais, que são próprias de cada país de origem, assim como de outros países.

A Libras é originada do contato entre a Língua de Sinais Francesa - LSF e outras Línguas de Sinais de outros países ou Línguas de Sinais Primárias que, provavelmente, já existiam antes da chegada de um professor surdo francês. O professor E. Huet foi convidado por Dom Pedro II, que instituiu a primeira escola de surdos no Brasil. Assim, nasce o *Imperial Instituto dos Surdos Mudos* que abrigava, em regime de internato, meninos surdos com idade entre 7 e 14 anos (Albres, s.d., p. 2).

Devido ao incentivo ao método Oralista que privilegia o uso de leitura labial e vocalização, mas desestimula o uso da Libras, a Educação dos Surdos no Brasil foi muito sofrida. Como a Língua de Sinais era desvalorizada, os surdos foram instruídos a utilizar tanto a leitura labial quanto o uso da fala e incentivados a abandonar a Libras. Apesar do uso do método Oralista, os surdos continuaram a utilizar a Libras de forma natural, o que a fez sobreviver, desenvolvendo-se e aprimorando-se nos pontos de encontro dos surdos, nas escolas para surdos, associações de surdos, entre outros. Como

⁶ Acessado no endereço eletrônico: http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Page568.htm, em 13 de agosto de 2008.

era frequente a convivência de pessoas de várias nacionalidades, havia uma comunicação viva, que compartilhava, criava e misturava conceitos da Língua de Sinais de cada país, trazendo um o aperfeiçoamento de usos linguísticos.

Com esses dados, podemos identificar o *puzzle* linguístico que originou a Língua Brasileira de Sinais, inferindo que ela não só sofreu influência da LSF, mas também de vários outros sistemas primários de sinais e outras línguas provindas de outros países durante a colonização do Brasil pelos imigrantes que aqui se instalaram (Segala e Bernieri, 2009).

A Língua Brasileira de Sinais – Libras foi produto de combinações, alternâncias ou mosaicos dos subsistemas (sistemas primários ou outras Línguas de Sinais), e sofreu mudanças graduais no sistema linguístico, devido, em grande parte, ao contato entre comunidades que usavam diferentes gramáticas.

Segala e Bernieri (2009), por meio de seus estudos sociolinguísticos, testemunharam a Língua Brasileira de Sinais como uma língua natural, possuidora de seus princípios, onde há escolhas de parâmetros que estão condicionados ao tempo, ao lugar, à posição, o que a torna indubitavelmente, heterogênea e multidialetal.

Levando-se em conta a tradução, como foi visto, a modalidade da Língua de Sinais é diferente da língua dos ouvintes, a modalidade oral-auditiva, e sua respectiva escrita. O Português é uma língua oral-auditiva com versão gráfico-visual difundida no Brasil e é essa versão escrita o código utilizado nos textos acadêmicos que devem ser traduzidos para a Libras. Dessa forma estaremos abordando algumas dificuldades concernentes a esse tipo de tradução.

2.3. Cultura Surda

Abordar, definir e discorrer sobre Cultura Surda é bastante complexo. Em primeiro lugar, devemos entender um pouco o que é Cultura e quais são seus conceitos. Porém, a palavra cultura por si só já é bastante complexa, já que embute o significado de várias teorias, vivências e significâncias diferentes. Fato é que não podemos definir Cultura apenas como isso ou aquilo, mas olhar

amplamente para cada caso, acolhê-lo, atribuir um significado histórico e direcioná-lo à nossa linha de pesquisa.

Desde o final do século passado, os pesquisadores vêm elaborando inúmeros conceitos sobre Cultura e apesar de a cifra ter ultrapassado mais de 200 definições, ainda não chegaram a um acordo sobre o significado exato da terminologia. O conceito de Cultura é transmitido e interiorizado em diferentes aspectos, assim como Moles afirma: “cultura, termo tão carregado de valores diversos que o seu papel varia notavelmente de um autor para outro e do qual se enumeraram mais de 250 definições” (Ricou; Nunes 2005 *apud* Strobel 2008, p. 16).

Dessa maneira, os elementos mais importantes da cultura podem ser destacados como as habilidades dos sujeitos para construir sua identidade em usar a linguagem. Ilustrando mais claramente, na “cultura”, a palavra natureza significa tanto o que está a nossa volta como o que está dentro de nós. Poderíamos usar a metáfora de uma semente que é plantada em solo e cresce uma bela planta; mas isto não ocorre sem a ajuda da natureza, ou seja, do sol, da chuva, do vento, do fertilizante do solo, que faz a semente reagir e desenvolver (Strobel, 2008, p.18).

Como Stuart Hall (1997) explica, a cultura pode ser identificada em qualquer grupo com crença, que tem a sua visão da cultura, de interpretação e de visão de mundo, não é somente a cultura adaptada à matéria visual, mas sim seus princípios, costumes e valores sociais.

Na minha pesquisa sobre a cultura surda brasileira, encontrei alguns artigos que tratam da cultura surda. Há os que tratam da cultura indígena, da cultura negra, da cultura surda, porém só me identifiquei com duas obras que tratam da cultura surda. Nos Estados Unidos, encontrei livros em Inglês que tratam da cultura surda, mas da cultura surda americana e minha pesquisa é sobre a cultura surda no Brasil. Na minha busca, encontrei *Cultura Surda: as imagens do outro*, de Karin Lilian Strobel. A autora é doutora em educação, defendeu sua tese em 2008. O livro é sobre o histórico e as características da cultura surda brasileira. Esse livro explica parte por parte resumidamente e com clareza a cultura surda brasileira.

Os estudos culturais foram descobertos por um grupo de estudiosos na Inglaterra em 1960, precisamente no momento em que eles pesquisavam o desaparecimento de uma cultura com valores importantes sendo coberta por outra cultura cujos valores deixavam a desejar. Esse procedimento dos estudos culturais em relação à cultura permitem narrar e descrever com outras ferramentas teóricas os caminhos da educação. Aproximar da educação do surdo esse campo teórico proporciona uma nova linguagem educacional, novos discursos com conotação cultural, isto é, novas ferramentas de trabalho que permitem outros espaços teóricos (PERLIN, 2008)

A autora Karin Strobel estudou especificamente a história de surdos

Estudos surdos sob o ponto de vista cultural entendem a cultura surda como algo presente, compondo língua, história cultural, pedagogia dos surdos, arte, literatura etc. Compartilha a teoria cultural que enfatiza a cultura surda e seus discursos. São contra a ideia do surdo como sujeito deficiente, estereotipado e como cultura subalterna (GES – Grupo de Estudos Surdos).

Portanto a autora estudou a cultura surda, buscou informações e lançou esse livro que serviu de base para mostrar um pouco da cultura surda brasileira.

Os Estudos Culturais foram descobertos por um grupo de estudiosos na Inglaterra, em 1960, precisamente no momento em que eles pesquisavam o desaparecimento de uma cultura com valores importantes, sendo coberta por outra cultura cujos valores deixavam a desejar. Este procedimento dos Estudos Culturais em relação à cultura permite narrar e descrever com outras ferramentas teóricas os caminhos da educação. Aproximar da Educação do Surdo este campo teórico proporciona uma nova linguagem educacional, novos discursos com conotação cultural, isto é, novas ferramentas de trabalho que permitem outros espaços teóricos (Perlin, 2008).

Os Estudos Surdos, sob o ponto de vista cultural, entendem a cultura surda como algo presente, compondo: língua, história cultural, pedagogia dos surdos, artes, literatura, etc. Compartilha a teoria cultural que enfatiza a cultura surda e seus discursos são contra a ideia do surdo como sujeito deficiente, estereotipado e como cultura subalterna⁷.

⁷ Retirada no site <http://www.ges.ced.ufsc.br/> acessado em 30 de janeiro de 2009.

Para compreender a Cultura Surda, apresentarei um breve relato sobre a *História da Educação de Surdos*, tema que Karin Strobel ministrou na primeira turma do curso de Letras Libras da UFSC no ano de 2008. Além disso, apresentarei alguns exemplos de artefatos culturais dos surdos e a descrição da Karin Strobel de seu livro *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*.

2.3.1. História da Educação de Surdos

Strobel ministrou em 2007 a disciplina *História da Educação de Surdos* na unidade 5 do Curso de Letras Libras (disponível no Ambiente Virtual de Ensino deste curso). De acordo com o conteúdo *Diferentes Olhares na História da Educação dos Surdos*, nas páginas 30 a 33, Strobel apresenta algumas visões diferenciadas durante a história da Educação dos Surdos:

- *Historicismo*: O historicismo é a doutrina segundo a qual cada período da história tem crenças e valores únicos, devendo cada fenômeno ser entendido através do seu contexto histórico; no caso de história de surdos é a valorização excessiva da história do colonizador. Em Estudos Surdos, segundo Perlin (2003), para os surdos, a definição de historicismo é a história concebida na visão do colonizador, isto é do ouvintismo (Strobel, 2007, p. 30).

Os especialistas que se deparam com o universo o surdo, (sejam eles, professores, psicólogos, médicos, fonoaudiólogos, entre outros) veem a pessoa surda como uma representação da própria deficiência, como um ser doente que precisa de tratamento clínico - terapêutico para que se cure, e de reabilitação, buscando averiguar o grau de surdez na tentativa de fazer com que a criança surda fique “igual aos normais”, ou seja, ao modelo de pessoa ouvinte. Por isso, acreditam que a Língua de Sinais prejudica os surdos.

Perlin (2008) explica em seu texto-base da disciplina *Teorias da Educação de Surdos*, no curso de Letras Libras – UFSC, as teorias dando muitas práticas que tentam de ensinar os surdos a falar em Português, ou seja, oral-auditivo e despreza a sua própria língua, como Língua de Sinais. A autora

desenvolveu muitos métodos criados para levar os surdos a conseguirem falar e a conseguirem a percepção do som. Isso chama-se Oralismo.

Até agora, a visão Oralista continua acreditando que a Língua de Sinais é prejudicial e tenta acabar com a Língua de Sinais. Seu objetivo maior é fazer com que o surdo se adapte e passe a viver como o ouvinte.

- *História cultural*: é uma nova forma de a história de surdos trabalhar dando lugar à cultura e não mais à história escrita sob as visões do colonizador. A História Cultural reflete os movimentos mundiais de surdos procurando não ter uma tendência em priorizar apenas os fatos vivenciados pelos educadores ouvintes, tornando-se uma história das instituições escolares e das metodologias ouvintistas de ensino e sim procurar levar através de relatos, depoimentos, fatos vivenciados e observações de povo surdo, misturando-se em um emaranhado de acontecimentos e ações, levadas a cabo por associações, federações, escolas e movimentos de surdos que são desconhecidas pela grande maioria das pessoas. (Strobel, 2007, p.31)

Através da interpretação do mundo, os surdos têm suas próprias representações culturais, crença, valores, princípios, políticas e costumes. Através de sua experiência visual, os surdos enriquecem e são também enriquecidos pela linguagem das artes, contação de histórias e piadas, teatro, literatura e poesia social. O surdo considera de suma importância em sua formação o respeito à diferença cultural, o que faz com que a identidade surda seja múltipla e multifacetada, e se adapte a diferentes tecnologias como despertadores vibradores, telefone surdo, celulares com *vibracall*, *closed captions*, campanhas com luz, *webcam*, video-conferência, e outros. Portanto, a Língua de Sinais exprime uma língua própria, diferenças linguísticas e culturais.

Acompanhando toda a trajetória histórica e cultural dos surdos, notamos que há um orgulho em lutar pela identidade surda, a qual compreende aspectos culturais e a necessidade de uma tradução para Libras que seja compatível com o que o surdo acredita ser uma boa tradução.

- *História na visão crítica*: Pode haver historicismo e história cultural que se misturam e usam o jogo de ‘camuflagem’ que aqui indica como ‘espaço’ diante dos olhos como incompleto, como fragmento, corte, máscara, escudo, representação e/ou fingimento. O uso dessa ‘máscara’ pode ser consciente ou não, que pode até estar banhado de dúvidas e/ou dificuldades de aceitação e lutam contra ela, acreditando que esta intenção é sincera, sendo assim que acham mais fácil ignorar do que a ter que conviver com as verdades que por vezes podem ser dolorosas ou medo de se expressar num grupo que luta contra as práticas ouvintistas e não quer ‘enxergar’ o outro lado da história. Mas devesse ter sido visto abertamente de outro modo, de outro ângulo e/ou algo escaparam ao alcance dos seus olhos e não perceberam (Strobel, 2007, p. 32-33).

A visão social considera o surdo como “um coitadinho que precisa de ajuda” e acredita que os surdos possuem capacidades limitadas, por isso, são dependentes e precisam de escolas caritativas, que ajudem em todos os aspectos da vida escolar e social, pois, já que possuem falhas na audição, têm dificuldades de acompanhar e entender o raciocínio dos ouvintes. Há, portanto, uma crença de que o modelo de pessoa ouvinte é o ideal e de que os surdos precisam fazer tudo para ficar igual aos ouvintes, ou seja, o surdo deve se “adaptar” ao modelo de mundo ouvinte. Então, a sociedade tenta adaptar os surdos ao mundo dos ouvintes. A Língua de Sinais é considerada apenas como um recurso e/ou apoio. Sendo assim, a teoria da educação que mais chama a atenção para a tradução é a da *Comunicação Total*.

A *Comunicação Total* inclui uma gama de instrumentos linguísticos, ou seja, Língua de Sinais, língua oral, gestos, fala, leitura labial, alfabeto manual, leitura escrita, ritmo, dança. Em sua prática incorpora ainda o desenvolvimento da fala mediante uma atividade com repetição ritmada, dos restos auditivos com o treinamento do som para estimular através de uso constante, por um longo período de tempo, aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo. Visa desenvolver as habilidades de fala, mediante treino rítmico corporal e articulação ritmada. Para isto, serve de

qualquer artefato, mesmo a Língua de Sinais sendo usada com a intenção de ensino da fala ou do Português (Perlin, 2008, p. 21).

Essa visão, fruto de uma mistura de muitos instrumentos linguísticos, produziu um problema na tradução: a mistura de duas línguas, a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais, o que passou a ser então designado “Português Sinalizado” (para entender esse termo, vide p.39), uma espécie de tradução literal. O “Português Sinalizado” prevê a tradução de cada palavra em um sinal, seguindo as ordens frasais da Língua Portuguesa e não da Libras, fato que deixa os surdos muito insatisfeitos, pois dificulta em muito a compreensão textual. Essa modalidade ainda é observada nas traduções mais atuais, talvez em função da intermodalidade.

2.3.2. Artefatos culturais de surdos

Retomando as reflexões questionadas: o que e quais seriam estas normas e valores do povo surdo e por que os sujeitos surdos se comportam diferente dos sujeitos ouvintes? E, com isto, trazemos à baila alguns “artefatos culturais” que são as peculiaridades da cultura surda (Strobel, 2008).

Apresentarei a seguir dois exemplos de artefatos que mais chamam a atenção na cultura surda do Brasil.

2.3.2.1. Artefato cultural: experiência visual

Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor dele: desde os latidos de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos de sua boca e da expressão corpóreo-facial bruta – até de uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito surdo pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge (Strobel, 2008, p.39).

Perlin e Miranda (2003) explicam que a experiência visual significa o uso da visão, que passa a substituir a audição. Então, os olhos são fundamentais para que se consiga uma comunicação eficaz. Essa experiência visual foi o que

fez surgir a Língua de Sinais como representação da cultura surda, do seu modo de ser, de se expressar e de conhecer o mundo.

Alguns exemplos de experiência visual para a cultura surda são:

- tocar a campainha de luz;
- preferir ler gibis e revistas a livros;
- buscar filmes e programas de televisão com legenda e também filmes mudos;
- preferir assistir ao teatro de surdos, teatro de mímica e circo do que a show de música;
- privilegiar programas onde a linguagem visual seja mais importante que a percepção auditiva.

2.3.2.2. Artefato cultural: literatura surda

A literatura surda tem uma tradição diferente da tradição de ouvintes como literatura européia, brasileira e etc. e mais próxima a culturas que transmitem suas histórias oral e presencialmente. Ela se manifesta nas histórias contadas em sinais, mas o registro de histórias contadas no passado permanece na memória de algumas pessoas ou foram esquecidas. Assim, estamos privilegiando a literatura surda contemporânea, após o surgimento da tecnologia, da gravação de histórias através de fitas VHS, CD, DVD ou de textos impressos que apresentam imagens, fotos e/ou traduções para o Português. O registro da literatura surda começou a ser possível principalmente a partir do reconhecimento da Libras e do desenvolvimento tecnológico, que possibilitaram formas visuais de registro dos sinais (Karnopp, 2008, p.2).

Antes do surgimento da tecnologia de gravação, os surdos contavam as histórias presencialmente, sem a possibilidade de registros para gerações futuras, devido à falta de oportunidade de acessibilidade para escrever em Português e também por acreditar que não tinham capacidade para divulgar seus conhecimentos, já que se julgavam inferiores e não possuidores de informação. Porém, no presente momento, a cultura surda está se desenvolvendo muito fortemente devido às formas atuais de registros, que podem ser feitas através de gravação de imagem e também pela escrita em Português ou *SignWriting*.

A literatura surda traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos. A literatura se multiplica em diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais (Strobel, 2008, p.56).

As traduções da literatura surda são fortes adaptações de sua cultura. Na tradução de histórias clássicas como, por exemplo, *Cinderela* para *Cinderela Surda*, há uma adaptação linguística, cultural e social da cultura ouvinte para a Cultura Surda como uma estratégia de traduzir do Venuti, a domesticadora. Para entender como traduzir a domesticadora, consulte o capítulo 3.6.1.

É importante lembrar que fiz apenas uma introdução sobre a história da educação e da literatura surda, para que pudéssemos nos situar e entender um pouco sobre o universo da Cultura Surda. Neste sentido, as informações não estão completas, pois a Cultura surda é muito ampla. Para compreender a Cultura Surda é preciso saber falar em Língua Brasileira de Sinais, participar e conviver com surdos, buscar interação em lugares como associação de surdos, escolas para surdos, igrejas para surdos, entidades, entre outros. Com o tempo e a convivência vai compreender e entender melhor essa cultura tão especial.

Capítulo 3 – TRADUÇÃO

No mundo/ na cultura dos surdos, a tradução também ocupa um lugar central, pois é forma de estar comunicando com os ouvintes e também entre os próprios surdos (Vasconcellos, 2008, p.1).

Para muitos, a palavra tradução significa apenas traduzir uma língua para outra língua, interlingual, porém, o conceito dessa palavra é muito profundo e amplo, e há a necessidade de vastos estudos para compreender o que é a tradução.

Há uma longa história de Teoria da Tradução. Vários autores, tradutores e outros produziram várias teorias para conseguir traduzir melhor. Muitos deles em desfavor à tradução literal, ou seja, traduzir somente palavra por palavra, e segundo Berman (2007, p. 32): “Toda teoria da tradução é a teorização da destruição da letra em favor do sentido”.

Durante a longa história de Teoria da Tradução, os conceitos foram se modificando. Porém, nesse momento, qual é o conceito de tradução? Para responder essa pergunta muito difícil, vamos recorrer à definição de tradução, ato ou efeito de traduzir. A palavra *traduzir* deriva do latim *traducere*. Vamos ver o que alguns dicionários definem como “traduzir”:

Dicionário Aurélio:

Verbo transitivo direto:

1. Transpor, trasladar de uma língua para outra.
2. Revelar, explicar, manifestar, explanar.
3. Ser o reflexo ou a imagem de; representar, simbolizar.

Verbo transitivo direto e indireto.

4. Trasladar de uma língua para outra; verter.
5. Traduzir (2).

Verbo intransitivo:

6. Saber traduzir; ser capaz de o fazer.
7. Exercer a profissão de tradutor.
8. Efetuar tradução (5).

Verbo pronominal:

9. Transparecer, manifestar-se.

Dicionário Michaelis:

1. Tr. dir. Verter de uma língua para outra.
2. Tr. dir. Interpretar.
3. Tr. dir. Demonstrar, manifestar.
4. Pron. Conhecer-se, demonstrar-se, manifestar-se.
5. Tr. dir. Representar, simbolizar.
6. Tr. dir. Explanar, exprimir.

Dicionário Houaiss:

1. (prep. para) passar (texto, frase etc.) de uma língua para (outra).
2. dar certo sentido a; considerar, interpretar.
3. tornar(-se) evidente, perceptível; manifestar(-se), revelar(-se).
4. ser representação de; simbolizar.
5. tornar conhecido ou compreensível; explicar.

Vasconcellos (2008), na sua introdução de texto-base para o curso de Letras Libras, discutia o conceito de tradução: é uma atividade muito antiga e uma forma que os homens de diferentes línguas encontraram para se comunicar. Não há atividade linguística sem tradução e o próprio aprendizado de qualquer língua passa necessariamente pela tradução.

Atualmente, a tradução pode ter vários significados, como explica Vasconcellos:

Atualmente, seu leque de significados é muito amplo e além do original “transferir” quer dizer, entre outras coisas, também “transpor, trasladar de uma língua para outra”, “revelar, explicar, manifestar, explanar”, “representar, simbolizar”. Traduzir no sentido de “passar de uma língua a outra” é uma metáfora do ato físico de transferir. (2008, p. 1-2)

A tradução pode se dar entre duas línguas de uma mesma modalidade, ou seja, entre duas línguas orais, como Inglês para Espanhol, Francês para Mandarim, ou duas línguas sinalizadas, Língua de Sinais, Libras para ASL (Língua de Sinais Americana), entre outras.

Obviamente que a tradução é um ato muito difícil. Várias teorias são voltadas para a modalidade oral-auditiva. Porém, considerando que a tradução em mesma modalidade linguística já é difícil, imagine como é a tradução de modalidade diferente.

3.1. Tradução intermodal

A área da tradução automática, que foi precursora dos estudos sobre o processamento automático das línguas naturais cujos primeiros ensaios já constam mais de 50 anos, tem proposto vários paradigmas e técnicas de tradução [1]. A recodificação de uma mensagem originalmente produzida em Libras (língua gestual-visual) para o Português (língua oral-auditiva), enquadra-se no que vem sendo chamado de tradução intermodal ou, mais especificamente, *Efeitos de Modalidade*⁸. Trata-se de um domínio recentemente explorado dentro dos estudos da tradução automática, para o qual foram encontradas poucas iniciativas envolvendo a Língua Portuguesa e a Libras [10]. A literatura existente, principalmente relativa a sistemas de tradução do inglês para a *American Sign Language* (ASL), converge para três pontos principais: a) a ideia de que os sistemas de tradução automática intermodal acompanham, em linhas gerais, os princípios, abordagens e técnicas já desenvolvidas para os sistemas intramodais (de uma língua oral-auditiva para outra língua oral-auditiva); b) a ideia de que os sistemas de tradução intermodal se subdividem, na verdade, em dois subsistemas: o de tradução de uma língua oral-auditiva para um sistema de escrita da língua gestual-visual; e o de síntese de sinais (gestual-visuais) a partir desse sistema de escrita; e c) a ideia de que a complexidade da tarefa está evidentemente relacionada ao sistema de escrita da língua gestual-visual adotado [10].

⁸ Disponível em: http://www.ronice.ced.ufsc.br/publicacoes/edu_surdos.pdf. Data de acesso: primeiro de março de 2010

A tradução entre línguas de diferentes modalidades, como Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais, Língua Inglesa para Língua Americana de Sinais – ASL, entre outras, pode ser considerada uma **Tradução Intermodal**. A pesquisa acadêmica sobre a **Tradução Intermodal** é escassa, um exemplo bastante claro está em Quadros e Souza quando dizem que:

A língua fonte (LF), portanto, é a Língua Portuguesa escrita e a língua alvo (LA), é a Língua Brasileira de Sinais na sua versão “oral”. Entende-se “oral” em como a língua na sua forma de expressão oral, no caso específico das Línguas de Sinais, expressão em sinais. Como as modalidades das línguas envolvidas são diferentes, percebem-se efeitos de modalidade. (Quadros e Souza, 2008, p. 3).

Para entender melhor, podemos pensar que intermodal é a mesma coisa que *interlingual*. Jakobson distingue três tipos de tradução no seu artigo *Sobre os Aspectos Linguísticos da Tradução*. A **Tradução interlingual** é definida como a interpretação de uma língua para outra. Na tradução de Língua Portuguesa para Libras, a tradução interlingual não traduz a especificidade envolvida, pois estamos diante de línguas em diferentes modalidades, portanto Intermodal.

Os Estudos da Tradução aplicados aos Estudos Surdos e de Língua de Sinais é muito recente. As pesquisas teóricas estão apenas começando e, por isso, o uso do termo **Tradução Intermodal (interlinguística)** ainda não foi reconhecido na pesquisa da comunidade surda. Esse termo é uma expressão que pode definir esse tipo de tradução relacionando uma língua oral-auditiva a uma língua cinésico/visual⁹ ou visual/espacial¹⁰.

A tradução de Língua Portuguesa escrita, como língua-fonte, para a Língua Brasileira de Sinais, como língua-alvo, não pode considerar apenas a tradução intermodal, devido ao fato de que, para essa tradução, há a necessidade da imagem, que pode ser feita por meio de filmagem. A seguir, descreverei como é feita uma tradução da língua escrita para sinais, através da tradução intersemiótica.

⁹ Terminologia usada por Correa, 2007

¹⁰ Terminologia usada por Quadros e Karnopp, 2004

3.2. Tradução intersemiótica

Para que se realize uma tradução intersemiótica — entre diferentes sistemas de signos — torna-se relevante observar as relações existentes entre os sentidos, os meios e os códigos envolvidos no processo. A tradução de pensamentos em signos necessita de canais e linguagens que viabilizem socializar esses pensamentos, permitindo o intercâmbio de mensagens entre o homem e o mundo à sua volta. Cada sistema de signos constitui-se de acordo com sua especialidade característica, que possibilita sua articulação em conjunto com os órgãos emissores-receptores (sentidos humanos). Estes produzem as mensagens que reproduzem os sentidos. É pelos sentidos que os homens se comunicam entre si.

Um dos campos mais promissores dos Estudos da Tradução é a **Tradução intersemiótica** (Vasconcellos, 2008, p. 22). Jakobson define **Tradução intersemiótica** em seu artigo *Sobre os Aspectos Linguísticos da Tradução* como a transmutação de uma obra de um sistema de signos a outro, transferindo a forma e a tradução entre um sistema verbal e um não-verbal, como por exemplo, de um texto para ícones, desenhos, fotos, pintura, vídeo, cinema e outros. Thaís Flores Diniz (1998) definiu:

A tradução intersemiótica, definida como tradução de um determinado sistema de signos para outro sistema semiótico, tem sua expressão entre sistemas os mais variados. Entre as traduções desse tipo, encontra-se a das artes plásticas e visuais para a linguagem verbal e vice-versa, assunto que tem sido estudado por muitos autores contemporâneos como Nelson Goodman, Michael Benton, Mario Praz, Júlio Plaza, Solange Oliveira e outros (1998)

Hoje, a tradução de uma língua oral e/ou escrita (Inglês, Português, Francês, Chinês, Banto, Guarani etc.) para a Língua de Sinais, pode ser feita de duas maneiras:

- 1) *SignWriting*: sistema de escrita desenvolvido para registrar a Língua de Sinais; são símbolos visuais para representar as configurações de mão,

os movimentos, as expressões faciais e os movimentos do corpo das Línguas de Sinais.

2) Gravação em vídeo de alguém que usa a Língua de Sinais.

Hoje, prefere-se a segunda possibilidade. Com o barateamento dos recursos tecnológicos, é cada vez mais comum, até mesmo nos cursos de Letras Libras, o uso do vídeo como recurso de tradução de um texto escrito ou falado em uma língua qualquer para a Língua de Sinais. O uso da Língua de Sinais em vídeo facilita a compreensão, pois usa um código já conhecido dos surdos. É uma tradução intersemiótica.

3.3. Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico

O Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico deve conhecer as duas línguas e suas articulações em duas modalidades diferentes. O desconhecimento ou a falta de fluência pode comprometer as traduções e resultar na insatisfação dos leitores usuários da Língua Brasileira de Sinais.

Para realizar a Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual, com tradução de Português escrito, como língua-fonte para Libras, língua-alvo, é necessário ter o perfil de um tradutor, usuário de Libras e Português; preferencialmente tradutor surdo, nativo de Libras, tendo o Português como L2. No entanto, ter esse perfil implica, necessariamente, ser um bom tradutor?

Com efeito, não basta ao tradutor conhecer as línguas de origem e de destino/ fonte e alvo.

Ser tradutor não é ser aquele que sabe duas línguas e que simplesmente transpõe uma língua para outra. Não é só estrutura linguística, precisa conhecer e saber a cultura, a linguística e outras sutilezas das línguas fonte e alvo, além de ter experiência na vida social, assim como defende Russell (*apud* Jakobson, 1987, p. 428):

(...) as palavras, por si sós, são incapazes de transmitir significados que não tenham raízes em uma experiência direta e subjetiva do objeto do discurso.

A vida cultural de uma sociedade como fatos semióticos e outros e também ter conhecimento das teorias, e da história sobre tradução. Por sua vez, Jakobson (1987, p. 428) obtém desta argumentação uma conclusão fundamental: “O significado de qualquer palavra ou frase é sempre um fato semiótico”¹¹.

Então, o tradutor intermodal e intersemiótico deve ter boas raízes culturais e uma boa experiência na vida social em ambas as línguas, deve conhecer profundamente as várias nuances das duas culturas, encarando não só a estrutura linguística, mas também a vida cultural de uma sociedade.

Somado a isso, pretendemos considerar também a relevância da tradução para se construir espaços híbridos interculturais, pois, no caso desse curso, a Língua Brasileira de Sinais é a língua de instrução, embora ainda os textos-fonte estejam na versão escrita da Língua Portuguesa. (QUADROS E SOUZA, 2008, p. 1).

Conhecer profundamente as línguas e culturas muitas vezes não é suficiente. É preciso saber como se apresentar como ator, apresentador de TV, ter o espírito da arte, conhecer e utilizar a expressão corporal, gestual e mímica para a câmera (filmadora), porque, na tradução de texto para Libras, a escrita é como a gravação de vídeos. Assim, é importante que o tradutor se apresente como um ator.

Os textos traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais são filmados, pois, é uma língua vista pelo outro, é uma língua que usa as mãos, o corpo, as expressões, é uma língua que depende da presença material do corpo do “tradutor”, por isso, também “ator” (NOVAK, 2005, manuscrito).

Concluindo, para traduzir os textos escritos como língua-fonte Português para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, o tradutor deve ter domínio em Língua Portuguesa e Libras; suas variações linguísticas, sociais e culturais e também ter conhecimento da área que vai traduzir e suas normas linguístico-culturais.

¹¹ No original, "The meaning [...] of any word or phrase whatsoever is definitely [...] a semiotic fact"

A língua de chegada (Libras) deve ser clara e moderna, e utilizar os sinais mais comuns aos surdos usuários de Libras, não seguindo a estrutura da Língua Portuguesa, nunca traduzindo literalmente palavras por sinais, obedecendo a ordem dos parágrafos sem a necessidade de se preocupar com virgulação, e sendo fiel ao sentido dos textos escritos, a mensagem, para Libras, principalmente para que os usuários de Libras entendam.

3.4. Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual

O *corpus* analisado será retirado do material multimídia e alguns vídeos (trechos) do Curso de Letras Libras na UFSC, em que são produzidos os textos da língua-fonte – Português escrito – para a língua-alvo – Libras. Toda a elaboração e execução do *corpus* analisado foram realizadas por uma equipe de tradutores de Português e Libras. Serão selecionados trechos do material bilíngue disponível no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem que vão compor este *corpus*.

Através da análise dos vídeos (trechos) selecionados que contêm os textos na língua alvo, foram observados os aspectos do processo de tradução empregados nesse tipo de modalidade tradutória. Segundo Quadros e Souza, esse curso, de modalidade de ensino à distância:

(...) visa à democratização desse processo de formação. Diferentes regiões do País estão tendo a oportunidade de formar professores de Libras, dispondo da competência pedagógica e técnica de um grupo de profissionais com excelência na área, o que busca garantir o êxito do programa, que atenderá a comunidade surda. O curso está sendo oferecido em quinze estados brasileiros: Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dispõe de uma turma de 500 alunos em andamento e iniciará uma nova turma com mais 900 alunos. No curso em andamento, apenas a licenciatura está sendo oferecida, enquanto que nas novas turmas, ele passa a oferecer também o bacharelado. Nesse último caso, vai-se estar formando tradutores e intérpretes de Língua de Sinais. (QUADROS E SOUZA, 2008, p.2)

No curso Letras Libras, os tradutores partem dos textos escritos para a produção da tradução em vídeo na versão em Língua de Sinais. Esse processo

tradutório é complemente novo, pois, envolve um texto escrito de uma língua falada no país e um texto “oral” sinalizado na Língua Brasileira de Sinais (Quadros e Souza, 2008).

Essa equipe de trabalho foi formada recentemente dentro do curso de Letras Libras, pois, inicialmente, não se tinha a consciência de que os textos em Língua de Sinais resultantes das “filmagens” (como era considerado inicialmente) consistiam de textos traduzidos. A partir disso, a equipe de tradução do curso de Letras Libras passa a buscar soluções, considerando teorias e métodos dos Estudos da Tradução que poderiam ser implantados nas práticas tradutórias do Português escrito para a Língua Brasileira de Sinais (Quadros e Souza, 2008).

Destarte, uma das demandas fortes que surgiram depois de consultas prévias aos tradutores/atores surdos foi a fidelidade na tradução. Em relação a isso, por diversas vezes, emergiu o histórico conflito tradutório de se traduzir ‘palavra por palavra’ ou ‘significado por significado’ (Munday, 2001). Magalhães e Alves (2006) perceberam que esse tipo de problema surge entre tradutores novatos. (apud Quadros e Souza, 2008).

Depois disso, a equipe de tradução do Curso de Letras Libras começa a pesquisar soluções nas teorias e métodos dos Estudos da Tradução, os quais podem contribuir para a melhoria na forma de tradução do Português escrito acadêmico para a Língua Brasileira de Sinais.

3.4.1. Filmagem da Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual

No processo de Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual, a tradução da Língua Portuguesa (língua-fonte) para a Língua Brasileira de Sinais (língua-alvo), é feita através da filmagem, que utiliza vídeo-captura das traduções sinalizadas dos textos, utilizando recursos como:

- sala de gravação (estúdio);



- parede de fundo com uma pintura azul própria para filmagens;



- três refletores de luz;



- filmadora de foco fixo e automático;



- televisor de 29 polegadas;



- microcomputador.



Em linhas gerais, esse é o cenário que constitui o ambiente de trabalho em que se desenvolve o processo de tradução em sinais dos conteúdos de ensino do curso de Letras Libras (Quadros e Souza, 2008).

A seguir, descreverei a rotina tradutória e as estratégias utilizadas pela equipe.

3.4.2. Procedimento

Agora vamos ver como seria o procedimento a ser utilizado na tradução do texto acadêmico em Língua Portuguesa escrita para a Língua de Sinais, em vídeo. Essa reflexão vai se fazer considerando o curso de Letras Libras. O tradutor da Língua de Sinais bilíngue, normalmente um tradutor surdo, primeiramente espera o professor da disciplina indicar o texto acadêmico base, que deve estar digitalizado em arquivo *pdf*. Os designers instrucionais acabam fazendo um pequeno roteiro para o vídeo. Todo esse processo dá-se em várias etapas. Depois da indicação do texto e da intervenção do designer instrucional, o roteirista monta as cenas: um, dois, três... quantas forem necessárias para dar conta do texto. Após isso, o roteiro e o texto chegam às mãos do tradutor. Cada um ou dois (às vezes três, dependendo da quantidade e da complexidade do texto) parágrafos são pensados como cenas que devem durar de um a quatro minutos. O tradutor surdo começa a ler os textos com o roteiro em mãos e, caso não compreenda as palavras do original, ele usa os recursos à

disposição: dicionário, internet, consulta a pessoas da área que tenham conhecimento e possam explicar os significados da palavra que gerou a dúvida. Ele também pode recorrer ao professor que elaborou o conteúdo.

Com relação aos dicionários, o tradutor usa, principalmente, o *Houaiss*, o *Aurélio* e o *Michaelis*. Na internet, ele deve buscar bons sites com informações confiáveis daquela área acadêmica. Com relação às pessoas, o tradutor pode procurar seus pares e trocar informações sobre os significados e sinais possíveis para traduzi-lo. Após seguir esses passos, o tradutor seleciona as palavras da Língua Portuguesa que não têm sinal próprio e cria um vídeo com um pequeno glossário em que explica o que significam os termos do texto que ainda não têm um sinal próprio na Língua de Sinais. O tradutor usa a paráfrase como procedimento para explicar os termos sem sinal próprio ou faz uma transcrição de uma glosa, isto é, uma nota explicativa para cada termo selecionado. Esse procedimento todo leva em torno de 40 horas, ou seja, uma semana de trabalho para traduzir um texto de aproximadamente 13 páginas. Então são selecionadas as palavras, adicionados *links* para a explicação no glossário, são criados hipertextos.

Após isso, o tradutor começa a fazer a tradução para a Língua de Sinais. Ele não faz sozinho. Na frente dele, assistindo a tudo, fica outro tradutor para identificar as pequenas falhas e, se for o caso, refazer a filmagem, a fim de transmitir claramente o conteúdo do texto original. As cenas são filmadas uma a uma e, depois da edição, passa-se para o revisor que tem de saber a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, assim pode perceber falhas e pedir para refazer cenas com falhas. Se ainda houver dúvidas em qual sinal ser escolhido para traduzir um termo em Português, o tradutor pode recorrer à equipe de tradutores para discutir e decidir a escolha em conjunto. Só depois desse processo é que a tradução é posta à disposição no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do curso de Letras Libras, para ser transmitido para os nove polos do Brasil.

A seguir apresento a síntese deste processo:

- a) produção do texto acadêmico para disponibilização do conteúdo on-line pelos designers instrucionais;

- b) leitura do texto acadêmico pelo tradutor;
- c) estudo do texto pelo tradutor da versão a ser disponibilizada on-line traduzida para a Libras;
- d) caso necessário, o tradutor seleciona palavras adequadas para organizar um glossário;
- e) faz-se a filmagem da tradução em Língua de Sinais;
- f) edição da filmagem;
- g) o próprio tradutor ou outra pessoa capacitada para a função faz a revisão da filmagem já editada;
- h) caso sejam detectados erros, a filmagem é refeita e reeditada;
- i) faz-se uma revisão final;
- j) põe-se o material à disposição no ambiente virtual.

3.4.3. Análise

Gostaria de apresentar as minhas análises sobre a tradução da Língua Portuguesa (forma escrita acadêmica) para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, utilizando o recurso de filmagem. Apresentarei o texto-fonte e a tradução para a Língua Brasileira de Sinais nas palavras da Língua Portuguesa, para que possamos fazer uma comparação da tradução de Português para a Língua Brasileira de Sinais, com o intuito de avaliar as estratégias, técnicas e a arte de tradução.

Selecionei alguns trechos do material bilíngue disponível no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. A seguir, apresentarei algumas técnicas que o Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico utiliza.

- Trecho da tradução de um texto do Português acadêmico para a Língua Brasileira de Sinais:

Trecho do Vídeo 1 da disciplina *História da Educação de Surdos*, do Curso de Letras Libras, disponível no Ambiente Virtual de Ensino deste curso.

Em Português:

A doutoranda Karin Lílian Strobel escreveu a diferença básica entre povo e a comunidade surda em sua tese em andamento:

“o povo surdo é o grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comum e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão, isto é, usuários defensores do que se diz ser povo surdo, o mesmo seria o grupo de sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por um código de formação visual independente do nível linguístico. (...) O povo surdo existe, o que acontece é que quando os sujeitos surdos estão em comunhão entre eles, e quando compartilham suas metas dentro da associação de surdos dá o sentido de estar em comunidade surda (...)” (2006, p. 46).

“Então a comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comum em uma determinada localização. Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros” (2006, p. 43).

Tradução em Libras (ver vídeo 1 no DVD):

PESSOA MULHER SURDA NOME DELA K-A-R-I-N L-I-L-I-A-N S-T-R-O-B-E-L ELA ESTUDA DOUTORADA ELA ESCREVE ESTE TESE COMO COMPARAÇÃO DIFERENÇA ENTRE-DOIS ESTE P-O-V-O SURDO SUJEITOS LIVRE QUALQUER LUGAR (PONTOS) ESTES TEM O-QUE TRADIÇÃO COSTUME CULTURA DIVERSOS ESTE-TODO DESENVOLVER O QUE É VISUAL TEM DIFERENTE NIVEL LINGUISTICO SE TODO QUER OBJETIVO DESENVOLVER TODO PRECISA ENTRAR COMUNIDADE SURDA ESTE KARIN ESCREVE NO-ANO 2006 PAGINA 43 SOBRE-TEMA O-QUE COMUNIDADE SURDA ESTE O-QUE ESTE SÓ SURDO SUJEITOS TEM SUJEITOS OUVINTE INTERPRETE FAMILIA DIVERSOS ENTAO ESTE ONDE COMUNIDADE SURDA ONDE É DENTRO ASSOCIAÇÃO FEDERAÇÃO IGREJA TEM DIVERSOS

OBS: Em cima está escrito que tem sujeito ouvinte e na tradução diz que não tem. Ver isso!!

Nesta tradução, vemos que os tradutores podem traduzir um texto inteiro, ou cada parágrafo.

- Traduzir um termo como, o nome de pessoa, o nome de um lugar, entre outros, como colocado no glossário:

Trecho do Vídeo 2 da disciplina *História da Educação de Surdos*, do Curso de Letras Libras, disponível no Ambiente Virtual de Ensino deste curso.

Em Português:

Investigar:
Pesquisar, procurar saber, seguir os vestígios de..., Indagar cuidadosamente a partir dos indícios.

Tradução em Libras (ver vídeo 2 no DVD):

PALAVRA NOME DELE I-N-V-E-S-T-I-G-A-R SINAL (SINALIZA O SINAL DE INVESTIGAR) ESTE PALAVRA I-N-V-E-S-T-I-G-A-R ESTE O-QUE-É EXEMPLO IGUAL NÓS PESQUISAR ANALISAR DESCOBRIR PESQUISAR DESCOBRIR PESQUISAR DESCOBRIR

Esta uma das muitas técnicas utilizadas para a tradução de um termo. Vale ressaltar que existem outras estratégias. Primeiramente, ele se utilizou da estratégia da transliteração apresentando o termo por meio do alfabeto manual da Libras, a palavra isoglossas. Logo em seguida, ele se valeu para repetição do sinal de comunidade em Libras dentro do seu espaço de sinalização para fazer a correspondência em nível de solução tradutória desse termo próprio do contexto teórico da Sociolinguística (Quadros e Souza, 2008).

O próximo exemplo foi baseado no trecho Vídeo 3 da disciplina *História da Educação de Surdos*, do Curso de Letras Libras, disponível no Ambiente Virtual de Ensino deste curso:

Em Português:

Historicismo:
O historicismo é a doutrina segundo a qual cada período da história tem crenças e valores únicos, devendo cada fenômeno ser entendido através do seu contexto histórico; no caso de história de surdos é valorização excessiva da história do colonizador. Vejamos exemplo de prática do historicismo de hoje.

Tradução em Libras (ver vídeo 3 no DVD):

H-I-S-T-O-R-I-C-I-S-M-O ESTE SINAL (HISTORICISMO) ESTE SINAL QUE PESQUISA ELE CRITICA EXPLICA QUAL TEMPO ORGANIZADO HISTORIA TEM ACREDITA VALOR ELE ÚNICO ELE DURA ACONTECE QUE FENÔMENO CADA FENÔMENO F-E-N-O-M-E-N-O FENÔMENO ESTE ESTE ESTE TEM ENTENDER TEM CONTEXTO HISTORIA ESTE ESTE ACONTECER HISTORIA SURDO ESTE TEM VALOR EXPLICAR DESENVOLVER O-QUE HISTORIA ACONTECE PROBLEMA COLONIZAÇÃO C-O-L-O-N-I-Z-A-D-O-R COLONIZA COLONIZA VEJA VAI EXEMPLO O-QUE-COMO PRATICA HISTORICISMO H-I-S-T-O-R-I-C-I-S-M-O HOJE

Também pode ser utilizada a sequência inversa, apresentando primeiramente o sinal e depois utilizando o alfabeto manual.

Pode-se também utilizar somente o sinal sem a combinação com o alfabeto manual. Veja um exemplo de Tradução em Libras (veja vídeo 4 no DVD):

SINAL (PRAGMÁTICA) ESTE O-QUE-É É GRUPO LINGÜISTA ESTUDA FRASE FRASE FRASE FALA FALA PRINCIPAL CONTEXTO VIDA USO ÁREA HORA HOJE TAMBÉM LÍNGUA-DE-SINAIS SINAL SINAL SINAL TEM PRINCIPAL CONTEXTO USO VIDA ÁREA HORA HOJE SINAL (PRAGMÁTICA)

Também pode utilizar somente alfabeto manual e não utilizar o sinal. Veja o trecho e, vídeo 5, da disciplina *História da Educação de Surdos*, do Curso de Letras Libras, disponível no Ambiente Virtual de Ensino deste curso.

Em Português:

Fontes mudas:

As fontes mudas podem ser: esqueletos, utensílios, armas, pinturas, túmulos, restos de habitações, monumentos, templos, palácios, estátuas, esculturas, cerâmicas e outros.

Tradução em Libras (veja vídeo 5 no DVD):

F-O-N-T-E M-U-D-A ESTE O-QUE-É É EXEMPLO OSSO ANTIGO MUITO-ANOS-ATRÁS FACAS COLHER COPO ANTIGO MUITO-ANOS-ATRÁS TAMBÉM ARMA ESPADA ESCUDO CAPACETE DIVERSOS O-QUE ANTIGO MUITO-ANOS-ATRÁS ANTIGO MORTO CEMITÉRIO ANTIGO ENTÃO TAMBÉM M-O-N-U-M-E-N-T-O ANTIGO CASTELO DIVERSO IGREJA ANTIGO TAMBÉM P-A-L-A-C-I-O REI ANTIGO ESTRUTURA CERÂMICA ANTIGO TUDO SINAL F-O-N-T-E M-U-D-A

Também pode utilizar sem alfabeto manual e não utilizar o sinal. Quando não tem sinal próprio, somente explica o conceito.

Essas diferentes estratégias para tradução de um termo, como um nome de pessoa, nome de lugar, entre outros, e também de uma palavra que não tem sinal específico, são boas estratégias que os tradutores precisam se apropriar para tornar o mais fiel possível a sua tradução, levando em conta os problemas linguísticos, culturais, sociais, entre outros. É bom lembrar que nem sempre existe uma estratégia certa para todas as palavras e expressões e que cada estratégia tem vantagens e desvantagens ao leitor. Também não há necessidade da preocupação de que a tradução tenha tido acréscimos ou perdas quantitativas, pois, o mais importante, é que a tradução se faça do sentido pelo sentido, ou seja, da mensagem pela mensagem, conservando a qualidade do texto.

3.5. Estranhamento

Nas traduções de quaisquer línguas, as normas, culturas e valores da língua alvo devem estar presentes na tradução. De outro modo, o leitor não compreende o significado e se sente como se fosse um estrangeiro desta tradução que deveria ser destinado a ele. Por causa dessa inobservância, há inúmeros leitores insatisfeitos que sempre querem ter uma leitura em sua língua, baseada em sua cultura.

E em Libras o que acontece? Também há inúmeros leitores insatisfeitos devido a inúmeras interferências que comprometem o entendimento de traduções de Língua Portuguesa para Libras. Isso foi evidenciado na minha análise nos trechos das disciplinas do Curso de Letras Libras na UFSC.

Ao fazer minha análise, identifiquei inúmeros estranhamentos, principalmente no que concerne à interferência da Língua Portuguesa à estrutura da Libras. Na minha vivência, pude perceber que os leitores surdos apresentaram sua insatisfação por não compreenderem a tradução para sua língua materna, sua primeira língua.

A análise tornou possível a identificação de 5 tipos de estranhamentos dos leitores surdos, tais como:

- ✓ *Português sinalizado* - é a utilização simultânea das duas modalidades de língua, a oral-auditiva e a gestual-visual, como Português e Língua Brasileira de Sinais, misturando as duas línguas e as deformando. Por exemplo, traduzir palavra por palavra.
- ✓ *Empréstimo linguístico*, para língua da modalidade oral-auditiva - às vezes palavras novas não nascem dentro da mesma língua, mas sim nascem por outras línguas, como emprestada e para língua da modalidade visual-espacial, a Língua Brasileira de Sinais, que utiliza o alfabeto manual¹² para introduzir um termo e/ou algumas palavras que não existem na Libras, como explica Ramos (2008)¹³:

[...] a maior parte das comunidades surdas de todo o mundo utilizam a datilologia em suas Línguas de Sinais. Ela pode servir para palavras estrangeiras, nomes próprios que ainda não tenham recebido o "apelido" em sinal, nomes de lugares ou palavras novas.

Há também um empréstimo de outras Línguas de Sinais para introduzir um termo ou palavras em Libras.

- ✓ *Neologismo*, criação de sinais, ou seja, novo sinal, como o conceito da Língua Portuguesa dá para sinal, o novo sinal, quando há novos sinais na língua traduzida, sempre há incompreensão entre os leitores, ou seja, usuários de Libras, os surdos, devidamente o uso linguístico é muito pouco.
- ✓ *Linguagem de ouvintes*, ou seja, a linguagem da Língua Portuguesa; A linguagem é usada para se fazer coisas. As

¹² Veja anexo III, p. 74. http://4.bp.blogspot.com/_8oVO--M41E/SZ7rMHPHEpI/AAAAAAAAAJ4/P4tXHxu287M/s400/alfabeto+manual2.jpg . Acessado em 1 de março de 2010.

¹³ Ramos, Clélia Regina. Pós-Graduada em Linguística Aplicada às Ciências Sociais-UERJ, Mestre e Doutora em Semiologia-UFRJ, Diretora Executiva da Editora Arara Azul Ltda.

peças a usam na conversa diária para fazer negócio, planejar refeições e férias, discutir política, fazer fofocas. (Clark, 2000). Assim, entre a linguagem de cada língua, suas retóricas são sempre diferentes, como a linguagem, ou seja, sua retórica de surdos é diferente, então, na tradução de Libras, como a interferência à linguagem de ouvintes.

- ✓ Entre outros como níveis sintáticos, semânticos, pragmáticos e outros.

Como foi possível conhecer nos itens acima, a tradução para Libras tem muitos pontos de interferências linguísticas e culturais do Português. O que é possível para evitar isso? Como resolver essa situação difícil? Os autores apresentam soluções:

A partir disso, a equipe de tradução do curso de Letras Libras passa a buscar soluções, considerando teorias e métodos dos Estudos da Tradução que poderiam ser implantados nas práticas tradutórias do Português escrito para a Língua Brasileira de Sinais. (QUADROS E SOUZA, 2008, p. 7)

O que o tradutor deve priorizar é o aperfeiçoamento de seu trabalho, realizando de uma maneira melhor a sua tradução. Há vários caminhos diferentes para seguir e diversas teorias para tomar como base. Não existe o traduzir certo, nem traduzir errado, mas um traduzir segundo o contexto de experiência na vida social e cultural. Deste modo, buscaremos, na teoria de tradução minorizante de Lawrence Venuti, um dos possíveis caminhos para conseguir traduzir melhor da Língua Portuguesa escrita para a Libras. Aplicando essa teoria, buscamos uma chave de uma porta para encontrar um caminho para esse tipo de tradução de forma mais adequada à experiência visual do leitor surdo, para que haja menos estranhamento.

3.6. Tradução Minorizante de Lawrence Venuti

Comunidades surdas, do mundo todo, entendem que as traduções de textos escritos ou orais para a Língua de Sinais são insuficientes. Nas traduções, é como se a cultura ouvinte dominasse a Língua de Sinais e prevalecesse sobre a cultura surda, que fica em segundo plano, quase apagada. As traduções — tanto as em vídeo quanto nas que utilizam *SignWriting* — não trazem as sutilezas da cultura surda; é como se fossem feitas por estrangeiros. Muitos surdos gostariam que esse problema fosse equacionado, outros até aceitam, porque entendem que não há solução possível para essa questão, mas as reclamações são muito intensas.

No Brasil, os surdos reclamam da dominância do Português sobre a Língua de Sinais, que deixa a cultura surda em segundo plano. Seria necessário desenvolver estratégias para que a cultura surda fosse considerada no momento da tradução de uma língua oral ou escrita para a Língua de Sinais, isto é, meios para que fossem respeitadas ambas as culturas e o resultado fosse mais satisfatório para os surdos.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais estratégias de tradução enunciadas por Lawrence Venuti, tradutor e teórico americano, seu famoso projeto de tradução minorizante, as teorias dele em relação à ética, suas ideias de tradução e suas estratégias tradutórias estrangeirizadoras e domesticadoras. Venuti é conhecido por seu interesse em desvendar as desigualdades de poder que, em geral, se fazem presentes nos processos tradutórios.

A seguir, apresentarei as estratégias de domesticação e estrangeirização retiradas do artigo de Lawrence Venuti *A invisibilidade do tradutor*, para que possa haver uma melhor compreensão do projeto Minorizante. O tradutor não é obrigado a se utilizar desse artifício no seu desafio de traduzir a Língua Portuguesa (língua-fonte) para a Libras (língua-alvo), mas sim de trazer dados da cultura surda, suas normas e os valores da Libras. É importante que o tradutor tenha sempre uma boa estratégia e que se utilize da intuição para a transposição da sua língua para outra cultura; para isso, é importante conhecer as normas e valores da língua-fonte para que

possa fazer uma boa tradução aos leitores e usuários de Libras. Por fim, podemos adotar essa teoria de Lawrence Venuti a fim de traduzir a Língua Portuguesa para a Libras. É fundamental que o tradutor tenha consciência para melhorar sua prática tradutória, sua decisão e a possibilidade de realização da sua tradução, para que esta seja bem fluente, satisfazendo o leitor usuário de Libras.

3.6.1. Estratégia de domesticação

Há traduções em que se fazem adaptações que podem ser observadas quando se lê o original e o texto traduzido. As traduções, de certa forma, adaptam as marcas culturais e sociais do original, para que elas possam ser “lidas” em outra língua. Quem lê a tradução se sente satisfeito, porque os elementos culturais e sociais do original são adaptados para a sua língua, ou seja, os vestígios da língua original estão diluídos na tradução. E a leitura da tradução é compreensível e prazerosa. Esse tipo de tradução é o que se chama domesticadora.

As traduções domesticadoras necessitam de “embelezamento”, ou mais propriamente, um trabalho com o estilo no ato de tradução. O tradutor tem de se preocupar em adaptar a fluência, o ritmo, as imagens para a língua do texto traduzido. Assim, o leitor vai se sentir confortável, inserido no seu universo linguístico e cultural. A tradução vai parecer natural, pois o ritmo, a fluência, as imagens e as marcas culturais e sociais são as da língua do leitor e não da língua original; o autor e o tradutor ficam invisíveis na tradução. Esses aspectos são salientados por Venuti (1995, p.111), no artigo *A invisibilidade do tradutor*. Ele afirma que:

Uma tradução é considerada aceitável por redatores, revisores e leitores quando sua leitura é fluente, quando há ausência de quaisquer passagens canhestras, construções não idiomáticas ou significados confusos. Transmite a sensação de que a tradução reflete a personalidade ou intenção do autor estrangeiro ou o significado essencial do texto original.

Na disciplina *Teorias linguísticas e literárias da tradução*, ministrada pela professora Marcia Martins no primeiro semestre de 2005, no Mestrado em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, a aluna Sabrina Martinez, em seu trabalho *Late Show With David Letterman: um estudo de caso*, falou sobre como as emissoras de TV a cabo preparam cartilhas para orientar o legendador quanto ao que deve ser traduzido, o que deve ser mantido em língua estrangeira e o que deve ou não ser adaptado. Ela afirmou que, de modo geral, predomina a regra de não traduzir nem adaptar referências culturais. Exemplos de adaptação seria dizer “Ana Maria Braga” em vez de “Martha Stewart”, ou “cachaça” em vez de uma outra bebida destilada regional (PUC-Rio)¹⁴

Como poderíamos aplicar isso à tradução, por exemplo, da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais? Se o texto é de um autor ouvinte que compartilha a cultura e os valores sociais da comunidade ouvinte de Língua Portuguesa, sabemos que o texto não pode simplesmente ser traduzido “literalmente”; é necessário que o tradutor adapte-o para a cultura surda, ou seja, as imagens, valores e significações têm de ser considerados do ponto de vista do surdo. Isso vale para qualquer tipo de texto: acadêmico, literário, jornalístico etc. Na adaptação, busca-se a invisibilidade do autor do original, isto é, as marcas próprias de autoria e de identidade cultural são transformadas para que o texto traduzido tenha uma “identidade surda”. Assim, o surdo lê a tradução e a entende, mesmo que saiba que o original foi produzido por um ouvinte.

Veja um exemplo dramatizado por mim deste tipo de tradução do seguinte trecho:

Em Português:

A imaginação é mais importante que o conhecimento. (Albert Einstein)

Tradução em Libras (ver vídeo 6 no DVD):

(ALBERT EISTEIN) FALOU: GRUPO AREA COISA GRUPO QUE É IMAGINAR IDEIAS COISA ESTE; OUTRO GRUPO AREA COISA CIENCIA

¹⁴ Retirada no site http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/10747_7.PDF?NrOcoSis=34843&CdLinPrg=pt> Acesso em 28 nov. 2008.

ESTUDAR MENTE DESENVILVER COISA PESQUISAR COISA AREA; ESTE (Imaginar) MAIS O-QUE IMPORTANTE DO-QUE (ciência).

3.6.2. Estratégia de estrangeirização

Qualquer texto, oral ou escrito traduzido para outra língua sem a preocupação da “domesticação” vai ser percebido como “traduzido”. Nessas traduções, o leitor percebe que o texto foi traduzido, pois o tradutor deixa vestígios da língua (palavras, frases etc) e da cultura originais.

A esse respeito, Venuti (1995, p. 118) diz que:

A tradução deve ser vista como um sérius datum que soa estrangeiro para o leitor, mas tem uma aparência opaca que a impede de parecer uma janela transparente através da qual supostamente se visse o autor ou o texto original; é essa opacidade um uso da língua que reflita a leitura fácil, segundo os padrões contemporâneos, que deixará visível a intervenção do tradutor, seu confronto com a natureza alienígena do texto estrangeiro

Na tradução estrangeirizadora, o tradutor, ao deixar marcas da língua e da cultura original, acaba favorecendo o acesso à cultura estrangeira. Ela é diferente da tradução domesticadora, que não deixa nenhum vestígio da língua e da cultura estrangeiras. Na estrangeirização, o tradutor faz questão de deixar todas as marcas do original. Venuti afirma que esse tipo de tradução respeita o texto original em todos os aspectos: sociais, linguísticos, geográficos, culturais etc. O tradutor não procura adaptar essas marcas, dando invisibilidade ao autor. Por exemplo: na Rússia, há bebidas não encontradas em outros países ou com nomes específicos que não são os mesmos em outras línguas. Uma tradução estrangeirizadora, em Português, por exemplo, usaria o nome russo original no texto traduzido, sem adaptação. Numa tradução domesticadora, o tradutor ou adaptaria o nome ou mudaria a bebida: uma “vodca” poderia, por exemplo, transformar-se em “cachaça”. Venuti explica que a adoção de uma ou outra estratégia de tradução envolve problemas de toda ordem, inclusive políticos.

Nos países hegemônicos a tradução modela as imagens de seus outros subordinados, que podem variar entre os polos do narcisismo e da autocrítica, confirmando ou derogando os valores domésticos dominantes, reforçando ou revendo os estereótipos étnicos, os cânones literários e os padrões de mercado e as políticas estrangeiras às quais outra cultura possa estar sujeita. Nos países em desenvolvimento, a tradução modela imagens de seus outros hegemônicos e deles próprios que podem tanto clamar por submissão, colaboração ou resistência que podem assimilar os valores estrangeiros dominantes, com a aprovação ou aquiescência, livre empreendimento, devoção cristã, ou revê-los criticamente para criar autoimagens domésticas, mas opositoristas, nacionalistas, fundamentalistas (VENUTI, 2002, p. 299).

Vamos discutir essas considerações na tradução de um texto oral ou escrito para a Língua de Sinais. Num texto de qualquer tipo, em Português, por exemplo, que vai ser traduzido para a Língua de Sinais, usando-se o vídeo, o tradutor acaba mantendo as características da língua original. O surdo percebe que o tradutor permanece fiel a palavras e imagens do texto original escrito. O tradutor, por exemplo, “digitaliza” (“soletra” ou sinaliza “letra a letra”) palavras que não têm sinal específico na Língua de Sinais. São palavras que o tradutor não procura adaptar, ou seja, sinaliza letra a letra a palavra em Português. Isso ocorre porque não há como adaptar. É como a música, que não tem como traduzir para a Língua de Sinais. O sentimento da música não tem como traduzir, mas a letra é possível traduzir adotando-se, por exemplo, a estratégia de estrangeirização, para que o surdo perceba que não é um texto de sua cultura, mas de cultura oralizada, que usa outra língua e, portanto, tem valores diferentes.

Veja um exemplo dramatizado por mim deste tipo de tradução do seguinte trecho:

Em Português:

A imaginação é mais importante que o conhecimento. (Albert Einstein)
--

Tradução em Libras (ver vídeo 7 no DVD):

IMAGINAR MAIS IMPORTANTE DO-QUE CONHECIMENTO. (ALBERT EISTEIN)
--

3.6.3. Projeto de minorizante

Agora vamos tratar da tradução minorizante. Já dissemos que a tradução domesticadora busca a invisibilidade das marcas linguísticas e culturais do original e a estrangeirizante não se preocupa em apagar essas marcas e as respeita. Tanto uma quanto outra apresentam imperfeições, mas há os partidários de uma ou de outra. Para dar conta das imperfeições de ambas, Venuti criou uma estratégia que chamou minorizante. Segundo ele, a tradução minorizante põe frente a frente línguas e culturas diferentes, com suas próprias regras, história, e valores.

No momento da tradução, o tradutor tem de tomar muito cuidado para ler e adaptar a tradução de maneira a transmitir sutilmente características específicas da cultura, da sociedade e do momento histórico em que o original foi produzido, para que o leitor do texto traduzido apreenda essas características e sinta-se satisfeito. Para realizar essa tarefa, o tradutor tem de deixar as marcas do texto original, ao mesmo tempo que as adapta para o texto traduzido, sem, necessariamente, domesticá-las, ou seja, o leitor do texto traduzido percebe as marcas da sociedade, da cultura, da época e da língua em que o original foi produzido, mas sente-se confortável, porque percebe esses vestígios em relação à sua própria sociedade, cultura, época e língua. Venuti pensou essa proposta minorizante a partir do Antoine Berman que se preocupa com a questão da ética e respeito na tradução.

Pensando na Língua de Sinais, será que o projeto minorizante de Venuti pode ser aplicado a ela? Sim, pois o surdo, ao ler qualquer tradução, está sempre diante de outra língua e de outra cultura. E há muitos surdos que têm dificuldade de entender o texto traduzido por desconhecimento da cultura, dos valores sociais e da língua original. A tradução domesticadora facilita a compreensão, mas o surdo acaba perdendo o conhecimento da cultura e da

língua da fonte original. Na estrangeirização, o surdo não consegue compreender, porque não tem conhecimento da cultura da fonte. Por isso, o projeto minorizante pode ser aplicado às traduções para a Língua de Sinais.

Segundo Venuti, é preciso criar uma estratégia para que a tradução possa levar a todos à compreensão do conhecimento, da cultura, da língua, da sociedade e da história original. A proposta de Venuti sugere que os tradutores conheçam todos os aspectos tanto da língua e da sociedade de que produziu o texto original quanto da língua e da sociedade que vai ter acesso ao texto traduzido. Assim, no momento da tradução, o tradutor vai conseguir adaptar o necessário e vai pensar em estratégias que permitam ao surdo sentir-se confortável com a leitura da tradução, sem perder nenhum aspecto da cultura da fonte. Isso é muito importante, pois os surdos precisam entender a tradução e conhecer também os aspectos relevantes da cultura da fonte. É desse respeito e dessa ética de que trata Berman (2007); o projeto minorizante não reduz a possibilidade de aprendizado do surdo nem o submete a uma tradução que desconsidera completamente seu universo cultural e linguístico.

Em Português:

A imaginação é mais importante que o conhecimento. (Albert Einstein)

Tradução em Libras (ver vídeo 8 no DVD):

PESSOA ELE HOMEM NOME DELE A-L-B-E-R-T E-I-S-T-E-I-N DIZER QUE GRUPO AREA IMAGINAR I-M-A-G-I-N-A-Ç-Ã-O ESTE O QUE IMAGINAR SONHAR IDEIA PENSA ALVO FUTURO IDEIA PENSA ALVO COISA IMAGINAR ESTE; OUTRO GRUPO COISA CONHECER NOME C-O-N-H-E-C-I-M-E-N-T-O ESTE COISA DESENVOLVER CONHECER PESQUISAR CIENCIA COISA ESTE; COMPARAÇÃO (imaginação e conhecimento) ESTE IMAGINAR MAIS IMPORTANTE DO-QUE (conhecimento).

3.7. Aspectos para uma tradução bem “BACANA”

Segundo Toury (1995), para traduzir a Língua Portuguesa escrita, como língua-origem, para a Língua Brasileira de Sinais, como língua-destino, com menor interferência possível, é necessária a fluência nas duas línguas, não somente na área linguística, mas principalmente na cultura e organização social das línguas fonte e origem. Nestes aspectos, apresentarei algumas bases da teoria da história de tradução, o *Renascimento*, que nos ajuda a ampliar e aprofundar o conhecimento tradutório de forma que a tradução seja uma boa maneira de traduzir a Língua Portuguesa para a Libras.

Durante o Renascimento, destacadamente a partir do século XV, autores neoclássicos renovam o modo de traduzir a tradição literária da Grécia e de Roma para as línguas vernáculas européias. Partindo de suas experiências no ofício de tradutores, estes produzem uma série de ensaios, métodos e conselhos para os que desejam traduzir. Respeitados como literatos, esses autores recriam a concepção do ideal tradutório dos *targumim*, pois, para eles, o texto traduzido tem por objetivo ser o mais “fiel” possível ao original. Essas concepções foram preconizadas, principalmente, por Dante, Goethe, Baudelaire, Mallarmé, Nietzsche, Pound, entre outros, começando no período do Renascimento e passou ao Romantismo (principalmente alemão). (Lanzetti)¹⁵

No que se refere à tradução, o Renascimento é responsável pela formação das bases da tradutologia moderna, e, não por coincidência, pela produção das primeiras reflexões de maior envergadura sobre a arte da tradução: as mudanças que então aconteceram na Europa Ocidental incluem também a concepção e prática da tradução. Estas reflexões constituem, pois, as fontes primárias para a investigação da história da tradutologia moderna e da teoria tradutológica renascentista. Entre as mais representativas daquele período histórico europeu se encontram as reflexões tradutórias de Lutero, ao lado de outras como as de Leonardo Bruni, Luis Vives, Étienne Dolet, Fausto da Longiano e George Chapman. (Furlan, 2006).

¹⁵ Rafael Lanzetti (UFRJ, SENAC-Rio), no site <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno03-14.html>. Acesso em 2 de fevereiro de 2009

O Renascimento ainda hoje possui fundamental influência como base teórica de tradução, pois ainda guia pesquisas e colabora para o desenvolvimento da teoria da tradução. Escolhi Martin Luther e Étienne Dolet com suas dicas e teorias, a fim de desenvolver melhor a crítica construtiva sobre Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual, para que o Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico possa melhorar a sua tradução.

A ‘teorização’ de Lutero sobre a tradução não se encontra de forma didática ou perceptiva em nenhum dos textos em que trata da questão; sua intenção primeira com a publicação do *Sendbrief* – seu principal texto sobre a tradução – não era escrever um ‘manual’ sobre como traduzir, mas justificar o processo de sua tradução do N.T. (Furlan, 2004, p.11).

Além desta publicação, publicou outro texto: *Summarien über die Psalmen und Ursache des Dolmetschens* (1531). Nestes dois textos, Lutero não apresenta somente a concepção de tradução da Bíblia, mas apresenta o seu pensamento, sua teologia e os seus comentários sobre tradução. Tudo isso se relaciona como que numa teoria, com exemplos funcionando como preceitos que ajudam a melhorar a tradução de textos.

As diretrizes básicas da Teoria da Tradução de Lutero são a hermenêutica teológica e a linguístico-retórica. Nesta minha dissertação, apresentarei a hermenêutica linguístico-retórica e não a hermenêutica teológica, pois esse não é o objetivo de minha dissertação. A seguir, apresentarei um resumo desta diretriz, conforme apresentadas por Furlan (2004, p. 11-21).

Para uma boa produção de texto literário bíblico na língua de chegada, Lutero defende que o bom tradutor tem que ter vastos conhecimentos teológicos, formação intelectual e domínio linguístico da língua alemã. Ele queria que a tradução da Bíblia fosse inteligente e compreensível para todas as línguas faladas pelos povos, para que todos pudessem ler e interpretar Lutero quis produzir uma tradução em alemão sem palavras e estruturas hebréias, para expressar melhor o sentido para o alemão, buscando uma fidelidade o tanto quanto possível, o mesmo sentido do original.

- Uma tradução deve ser legível e inteligível;
- Uma tradução deve ser em alemão puro e claro;

- Uma tradução deve usar a linguagem do povo;
- Compreensão do original e domínio da língua
- A tradução não é só livre, porém também literal;
- Fidelidade ao original;

Sua tradução não era de todo livre mas também literal. Primeiramente havia a tentativa de escrever em alemão puro e claro, porém, às vezes, ao não conseguir realizar essa tradução, utilizava o mesmo texto do original.

Guerini e Pereira (2008) explicam na disciplina de *Introdução aos Estudos da Tradução*, do Curso de Letras Libras, disponível no Ambiente Virtual de Ensino deste curso, a teoria de Étienne Dolet (1509-1540), humanista francês, que, em seu artigo intitulado *A maneira de bem traduzir de uma língua GF para outra* (1540), estabeleceu cinco princípios para o tradutor:

- o tradutor deve entender perfeitamente o sentido e a matéria do autor a ser traduzido;
- o tradutor deve conhecer perfeitamente a língua do autor que ele traduz; e que ele seja igualmente excelente na língua na qual se propõe traduzir;
- o tradutor não deve traduzir palavra por palavra;
- o tradutor deve usar palavras de uso corrente;
- o tradutor deve observar a harmonia do discurso.

A Tradução, baseada na Teoria de Lutero e Étienne Dolet, considera que o Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico deve ter domínio das línguas envolvidas na tradução, a de partida e a de chegada, assim como conhecer suas normas linguísticas, sociais e culturais, e ainda ter conhecimento da área, das culturas antigas e expressões linguístico-culturais. Não há necessidade de traduzir palavra por palavra, mas sim de ser fiel ao texto de partida, buscando a manutenção do sentido, da mensagem de texto de partida, no texto de chegada. A tradução na língua de chegada deve ser legível, acessível à linguagem do povo, e baseada no contexto, conforme a Teoria de Lutero e Dolet, que foram influenciados pela filosofia e política renascentista.

Para a Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual, o tradutor deve

conhecer, primeiramente, as teorias de Lutero e Dolet, as quais eu apresentei nas linhas anteriores, ou seja, ter acesso à uma das concepções do Renascimento.

Para traduzir os textos escritos como língua-fonte, Português, para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, o Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico deve ter domínio em Língua Portuguesa e Libras; suas variações linguísticas, sociais e culturais e também ter conhecimento da teologia e suas normas linguístico-culturais. A língua de chegada (Libras) deve ser clara e moderna, e utilizar os sinais mais comuns aos surdos usuários de Libras, não seguindo a estrutura da Língua Portuguesa, nunca traduzindo literalmente palavras por sinais, obedecendo a ordem dos parágrafos sem a necessidade de se preocupar com virgulação, e sendo fiel ao sentido dos textos escritos, a mensagem de texto de partida, para Libras, principalmente para que os usuários de Libras entendam e possam interpretar. Além disso, o ator deve sempre se lembrar do projeto minorizante de Lawrenci Venuti, como uma das melhores estratégias de tradução para Língua Brasileira de Sinais, cuidando de fazer uma boa tradução da língua para a língua, sentido para sentido, social para social, cultural para cultural, tempo para tempo, para que os leitores surdos possam ver, conhecer, compreender, interpretar a língua fonte com respeito e equivalência de valor.

Na tentativa de apresentar uma tradução bem “bacana”, apresento a seguir um exemplo.

Em Português:

Pai Nosso que estais nos céus, santificado seja vosso nome;
venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade, assim na Terra como no céu;
o pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai as nossas ofensas, assim como perdoados a quem nos tem ofendido,
e não nos deixeis cair em tentação, mas livra-nos do mal.

Tradução em Libras (veja vídeo 9 no DVD):

PAI (DEUS LÁ), TER-EXISTE LÁ CÉU, ELE FILHO NOS, NOS PAI ELE
(SEU-SINAL), SEU NOME É SANTIFICADO-SANTO, (SUPERIOR-PUREZA)
ELE REI-REINO, (VEM AQUI), ELE (SUA VONTADE) PRÓPRIA, (CÉU –
ANJOS), (TERRA PESSOAS), IGUALDADE.
QUANDO NÓS PRECISAMOS-(INTERIOR), BUSCO, BUSCO, BUSCO DEUS
NOS DÁ, DÁ, DÁ TODOS OS DIAS,
COISA (ELAS-PESSOAS) ERRADAS, OFENDEM, EU PERDOO PESSOAS,
EU ERRADO, OFENSAS, DEUS ME PERDOA,
CAMINHO-RETO, TENTAÇÃO ME TENTA, (EU CAIR-DESVIO-CAMINHO-
RETO) DEUS ME PEGA, COLOCA CAMINHO-RETO
QUALQUER-COISA-HÁ M-A-L, DEUS, MAO-O-OBRA, TIRA-FORA.

Capítulo 4 – CONCLUSÃO

Tomando como base a teoria de Venuti, entre outros, não é obrigatório para o tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico, no seu desafio de traduzir a Língua Portuguesa como língua-fonte para a Libras, sua língua-alvo, trazer tudo à sua própria cultura, as normas e valores da Libras. Entretanto, ele precisa cuidar, equilibrar, usar uma boa estratégia e de sua intuição para a transposição da outra cultura às normas e valores da língua-fonte aos leitores usuários de Libras. Ao final, podemos adotar essa teoria de Venuti para traduzir a Língua Portuguesa para a Libras. O tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico pode ter consciência e melhorar sua prática tradutória, sua decisão, a possibilidade de realização da sua tradução para que a tradução seja bem fluente, satisfazendo ao leitor usuário de Libras.

Concluindo, para traduzir os textos como língua-fonte, Português brasileiro, para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, o tradutor deve ter domínio em Língua Portuguesa e Libras; suas variações linguísticas, sociais e culturais (bilíngues-biculturais), e também ter conhecimento do tema, ou seja, da área e suas normas linguístico-culturais. A língua de chegada (Libras) deve ser clara e moderna, e utilizar os sinais mais comuns aos surdos, os usuários de Libras, não seguindo a estrutura da Língua Portuguesa, nunca traduzindo literalmente palavras por sinais, obedecendo a ordem dos parágrafos sem a necessidade de se preocupar com virgulação, e sendo fiel ao sentido dos textos para Libras, principalmente para que os usuários de Libras entendam e possam interpretar os textos em Libras.

O avião chamado Tradutor intermodal e intersemiótico/interlinguístico encontra, enfim, as condições necessárias para pousar em meio ao oceano. Para isso, precisa se equipar de novos instrumentos e de novas práticas, conhecendo bem a base ou o alvo sobre a qual vai aterrissar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. *História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS*. RJ: Editora Arara Azul Ltda, sem data. Disponível em: www.editora-arara-azul.com.br. Acesso em: 2 de Fev de 2009.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. Campinas: Pontes, 2004.

BASSNETT, Susan. *Estudos de Tradução*. Trad. Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue longínquo*. Trad. Andréia Guerini, Marie-Hélène Catherine Torres & Mauri Furlan. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.

BERNIERI, Rosimeri. *A Complementaridade entre língua e gestos nas narrativas de sujeitos surdos*. Florianópolis: UFSC/CCE, 2007.

CAPOVILLA, R.; RAPHAEL, W.D. *Língua de Sinais Brasileira: Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue*. SP: Edusp-Fapesp-Vitae, 2001.

CLARK, Herbert H. Uso da linguagem. *Cadernos de tradução*, nº 9. Porto Alegre: UFRGS, jan – março, 2000.

CUXAC, C. *Les langues des signes: analyseurs de la faculté de langage. Les langues des signes: une perspective sémiogénétique*. Disponível em: <http://aile.revues.org/document1411.html>. Acesso em: 15 de dezembro de 2001.

DINIZ, Thaís Flores Nogueira. Tradução intersemiótica: do texto para a tela. *Cadernos de tradução*, nº 3. Florianópolis: UFSC, 1998.

DOLET, Étienne. *Como traduzir bem de uma Língua a outra*. Trad. Marc Goldstein e Nícia Adan Bonatti. Antologia Bilingue – Clássicos da Teoria da Tradução, Vol 4. Florianópolis: UFSC/NUPLITT,

FURLAN, Mauri. A teoria de tradução de Lutero. In: ENDRUSCHAT, A. & SHÖNBERGER, A. (orgs.). *Übersetzung und Übersetzen aus dem und ins Portugiesische*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2004, p. 11-21.

FURLAN, Mauri (org.). *A tradução retórica do Renascimento*. Renascimento. Florianópolis: UFSC/NUPLITT, 2006. (Antologia Bilingue. Vol. 4).

_____. *Clássicos da Teoria da Tradução*. Renascimento. Florianópolis: UFSC/NUPLITT, 2006. (Antologia Bilingue. Vol. 4).

GUERINI, A. & PEREIRA, M. C. *Introdução aos Estudos da Tradução*. Curso de bacharelado em Letras Libras. Florianópolis: UFSC, 2008.

HALL, Stuart. A Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. In: *Revista Educação e Realidade: Cultura, Mídia e educação*. Porto Alegre, v. 22, n. 3, jul – dez, 1997.

JAKOBSON, Roman. *Aspectos linguísticos da tradução*. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

_____. *On Linguistic Aspects of Translation, in Language in Literature*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1987, p. 428-435.

KARNOPP, Lodenir. *Literatura Surda*. Curso de licenciatura em Letras Libras. Florianópolis: UFSC, 2008.

_____. *Literatura Surda*. In: *Literatura, Letramento e Práticas Educacionais – Grupo de Estudos Surdos e Educação*. ETD – Educação Temática Digital. Campinas, v. 7, n. 2, p. 98 – 109, jun. 2006.

KOJIMA C. K. & SEGALA, S. R. *Dicionário de Língua de Sinais: a Imagem do Pensamento*, SP: Editora Escala, 2000.

_____. *Dicionário de Língua de Sinais: a Imagem do Pensamento*, SP: Editora Escala, 2008.

LANZETTI, Rafael. Quadro Histórico das Teorias de Tradução. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno03-14.html>. Acesso em: 20 de Set de 2008.

OSIMO, Bruno. Disponível em: <http://www.logos.net/>. Acesso em: 06 de junho de 2008.

NOVAK, P. A política do corpo. In: *V Encontro de Performance do Instituto Hemisférico*. Belo Horizonte, 2005.

PERLIN, Gladis. *Teorias da Educação de Surdos*. Curso de licenciatura em Letras Libras. Florianópolis: UFSC, 2008.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Surdos: o Narrar e a Política. In: *Estudos Surdos – Ponto de Vista*. Revista de Educação e Processos Inclusivos, n. 5. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2003.

QUADROS, R. M. de & VASCONCELLOS, M. L. *Questões teóricas das pesquisas em Línguas de Sinais*. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2008.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS & SOUZA. *Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: prática tradutórias do curso de Letras Libras*. Florianópolis: UFSC/CCE, 2008.

RAMOS, C. R. *História da Datilologia*. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo3.pdf> . Acesso em: 17 de setembro de 2008.

_____. *Tradução Cultural: Uma proposta de trabalho para surdos e ouvintes*. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo5.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2008.

SEGALA, R. R.; BERNIERI, R. A perspectiva social na emergência das Línguas de Sinais: A noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico Laboviano. In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M.R. (orgs.). *Estudos Surdos IV*. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2009.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.

_____. *História da Educação de Surdos*. Curso de licenciatura em Letras Libras. Florianópolis: UFSC, 2007.

TITONE, Renzo. *Bilinguismo precoce e educazione bilingue*. 2. ed. Roma : Armando, 1993.

TOURY, Gideon. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

VASCONCELLOS, M. L. *Estudos da Tradução*. Curso de licenciatura em Letras Libras. Florianópolis: UFSC, 2008.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da Tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin et al. Revisão técnica: Stella Tagnin. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

VENUTI, Lawrence. *How to read a translation*. Disponível em: <http://www.wordswithoutborders.org/article.php?lab=HowTo#>. Acesso em: 28 de novembro de 2008.

_____. *The scandals of translation: towards an ethics of difference*. London: Routledge, 1998.

_____. *The translator's invisibility: a history of translation*. London/New York: Routledge, 1995.

Anexo I

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Anexo II

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

- I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
- II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;
- III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a

formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da Língua Portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilingue, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de Línguas de Sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como

meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU

COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII
DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;
- IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e
- X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com

deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em

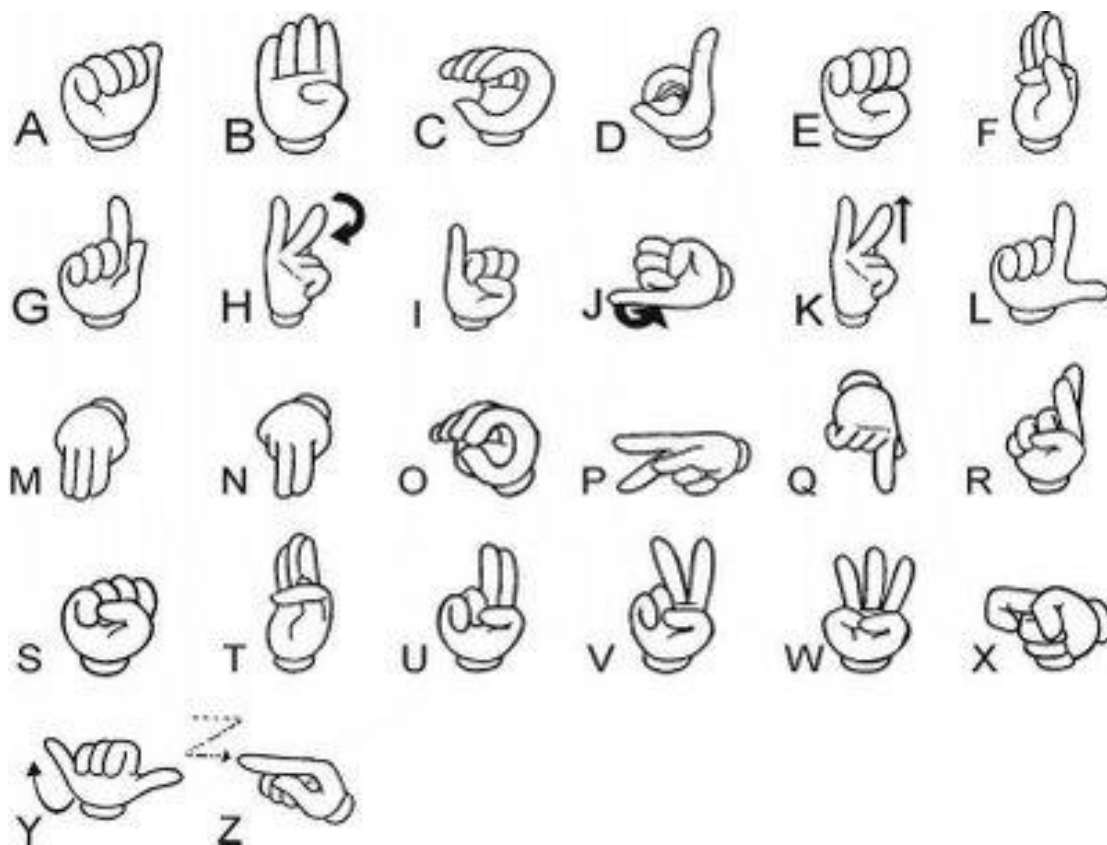
seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^º da Independência e 117^º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Anexo III



http://4.bp.blogspot.com/_8oVO--M-41E/SZ7rMHPHEpl/AAAAAAAAAJ4/P4tXHxu287M/s400/alfabeto+manual2.jpg